



40 ANOS DE LUTAS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS





40 ANOS DE LUTAS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS



PARCEIRO



Fundação BB

APÓIO



Copyright © 2025 by CNS

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009, respeitadas as palavras e expressões próprias da cultura e dos povos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Capa: Camila Paula

Organização: Letícia Santiago de Moraes

Colaborações: Antonio Brito - Atanagildo de Deus Matos (Gatão) - Edel Moraes - Fátima Cristina da Silva - Joaquim Belo - José Ivanildo Gama Brilhante - Júlio Barbosa de Aquino - Letícia Santiago de Moraes - Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes - Maria Nice Machado.

Preparo Editorial - Revista Xapuri: Diagramação - Emir Bocchino.
Revisão - Arthur Wentz, Janaina Faustino. Edição: Zezé Weiss.

Imagens: Acervo CNS, Acervo CNSI, Cátia Santos/CNS, João Roberto Ripper, Thiago Araújo/IEB, TV Brasil, WWF.

FICHA CATALOGRÁFICA



*Há muito tempo só havia o escuro.
Os caminhos sempre foram perigosos.
Às vezes os igarapés alagavam.
Às vezes faltava o peixe.
Às vezes comíamos bem.
Às vezes só tinha a farinha.
Notícias, só de vez em quando,
Nos rádios dos barracões ou dos regatões.
A dívida consumia todo o trabalho.
Escola era palavra proibida.
Saúde só pros patrões.
O futuro era alguma coisa
Que parecia que não chegaria.
Aí, em cima da dor, da terra espinhosa.
Começamos a cultivar a flor,
A luz passou a ser construída.
A nossa união passou a ser
A poronga acesa que alumia o caminho.
E nossa luta,
Mesmo com sangue derramado
Do nosso lado,
Cresceu, e começamos a construir
Nosso futuro sem patrão
Sem exploração e sem violência.
Hoje nossos filhos começam a sentir
Que vale a pena a vida
Com nossa proposta da Reserva Extrativista
E o índio é nosso companheiro
Nesta caminhada, da qual estamos
Dando hoje mais um passo com o
I Encontro dos Povos da Floresta.*

Texto lido por Júlio Barbosa de Aquino na abertura do I Encontro dos Povos da Floresta, ocorrido de 25 a 31 de março de 1989, em Rio Branco - Acre - Brasil.

UMA LONGA HISTÓRIA DE LUTAS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS

Júlio Barbosa de Aquino

Passamos por várias fases nessa história do extrativismo na Amazônia. Veio o ciclo da borracha no início do século e depois veio outro, de 1945 até 1966, que foi o segundo ciclo da borracha.

Em 1966, aconteceu a falência do Banco de Crédito da Borracha, e nesse momento todos os seringais entraram em falência. Sem seringalistas, os seringueiros passaram a viver por sua própria conta e risco. Foi aí que começou a surgir essa nossa sociedade dos Povos da Floresta

Foi esse o momento que vivi com Chico Mendes e as lideranças do Movimento dos Seringueiros. A partir da década de 1970, os seringais quase todos deixaram de existir e passaram a ser substituídos por barracões, e estes, pelo marreteiro.

Nesse tempo, deixou de existir a política da borracha no Brasil. O seringal já não tinha importância nenhuma para a economia brasileira. Passou a ser mais econômico comprar borracha de fora.

Com a falência dos seringais, foram abertas as portas da nossa região para a venda dos seringais a grandes proprietários de terras do Sul e do Sudeste do país. E os paulistas, que a gente chamava a todos de paulistas, vieram.

Começamos a enfrentar o desafio que foi entender que os seringais tinham acabado e que o barracão e o armazém fecharam. Ficamos à mercê dos marreteiros comprando borracha a um preço bastante baixo. No início da década de 1970, os paulistas começaram a comprar os seringais na Amazônia.

A questão dos seringais traz junto a abertura das estradas na Amazônia, como a BR-364. Havia um projeto político vinculado com o Calha Norte, para fazer todo um círculo de estradas.

Esse tipo de ação despertou a curiosidade dos seringueiros do Acre. Foi o tempo dos grandes empates. O pri-

meiro aconteceu no Acre em 1974 e o segundo aconteceu em 1975, ambos antes da criação do primeiro sindicato no estado.

Quando aconteceu o empate do quilômetro 45 da estrada de Boca do Acre, o maior da história do Estado [que mais repercutiu naquela época], os sindicatos estavam começando. Tinha o de Sena Madureira, o de Rio Branco e o de Brasília.

O Sindicato de Xapuri estava sendo fundado. Naquele momento, a região de Boca do Acre tinha um fazendeiro que formou um bando de pistoleiros muito bem armados. Eles tinham por missão expulsar todos os seringueiros da região e invadir, também, as terras dos indígenas Apurinã. Esse fato desembocou o primeiro empate, que contou com a participação de alguns índios e do cacique dos Apurinã.

Após a morte do Wilson Pinheiro, assassinado em 1980, os seringueiros resistiam contra a entrada dos fazendeiros na região. Chico Mendes estava em Xapuri nos aconselhando, organizando o sindicato e a luta geral dos seringueiros.

Em Xapuri a atividade de extração da borracha nunca deixou de existir. A partir de 1981 e 1982 o fazendeiro usava vários mecanismos para conseguir expulsar seringueiros da colocação: um deles era a proposta de acordo para indenizá-los. Caso os seringueiros não aceitassem a indenização, vinha a pressão por meio da pistolagem com queima de casas, morte de animais e expulsão com intimidação e, em alguns casos, até assassinatos.

Outro argumento que eles usavam, bem articulado inclusive donos de cartórios, era o argumento da assinatura: o convencimento de assinatura de papel em branco. O seringueiro, que não sabia ler, colocava sua digital numa folha de papel em branco, o fazendeiro juntamente com o oficial de justiça dizendo que eles estavam assinando um documento em que o fazendeiro se comprometia a não mexer mais com ele em sua colocação.

O fazendeiro pegava aquela folha de papel assinada em branco, fazia uma declaração em nome do próprio

seringueiro dizendo que abria mão da colocação dele pro fazendeiro e, com aquele documento, conseguia um mandado judicial e expulsava o seringueiro da colocação.

Chico começou a ver que era necessário implantar algumas escolas para que o seringueiro pudesse aprender a pelo menos assinar seu nome; nesse ponto entrou a Mary Allegratti. Ela veio para o Acre fazer a dissertação de mestrado e se juntou ao Movimento em Xapuri.

Chico e ela conseguiram pensar na implantação de um programa de educação para Xapuri, surgindo daí o Projeto Seringueiro e a Cartilha Poronga. Implantamos as primeiras escolas em 1982.

Mary foi a primeira professora do Projeto Seringueiro, e a primeira professora que deu aula para as pessoas analfabetas do seringal. Ainda não tínhamos relação com os movimentos indígenas.

Foi a partir do Projeto Seringueiro e das discussões sobre escolas que abrimos o debate sobre a questão da reforma agrária. Empates eram feitos e, na maioria deles, éramos derrotados. Eles vinham com a polícia, com o poder do Estado, a justiça, e o fazendeiro conseguia mandado de segurança para garantir o desmatamento. A gente resistia e a luta continuava.

Era necessário pensar num modelo novo de reforma agrária. Os assentamentos que existiam não estavam dando certo. Vários projetos de colonização estavam sendo implantados e o que se via era a pessoa receber uma parcela do Incra, ir pra lá e - com menos de um ano - saía de lá morrendo de malária e sem assistência nenhuma. Era obrigada a vender, entregar aquela terra pro fazendeiro.

Dessa forma também foram construídas muitas fazendas de gado na nossa região. Essa discussão sobre a questão da reforma agrária foi o início de tudo. Até então, a ideia que se tinha da Amazônia e do Acre era de uma terra vazia e sem gente, com alguns poucos índios espalhados pela floresta. Mas além de índios, se pensava que não existia mais ninguém além do pessoal que morava na cidade. Por isso era importante ocupar a Amazônia. Mais

uma vez, Chico percebeu a necessidade de mobilização, de ir à Brasília mostrar às autoridades que na Amazônia tinha muita gente trabalhadora, honesta, gente do bem: índio, seringueiro, caboclo, ribeirinho.

Aconteceu então o I Encontro Nacional de Seringueiros, com apoio de muita gente no Amazonas, em Rondônia, no Acre, no Amapá. O Encontro trouxe à tona o pensamento de Reserva Extrativista. Chico tinha consciência de que era importante para os seringueiros ter voz dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Ele fez parceria com Lula, que era Deputado Federal Constituinte por São Paulo, e com o Cacique Mário Juruna, Constituinte pelo Rio de Janeiro: duas lideranças importantes para garantir avanços no capítulo da reforma agrária na Constituição de 1988.

A aproximação com os indígenas se dava através do Terri [Aquino] do [Antônio] Macêdo e do Mauro Almeida, que aproximaram os caciques indígenas de Chico Mendes. O cacique Soeiro foi com Chico para Brasília. Esse cacique velhinho, pai do Siã Kaxinawá, foi uma figura importante nesse processo.

Foi dele que ouvi, pela primeira vez, palavras sobre a necessidade de fazer uma aliança entre índios e seringueiros pela defesa do território. Foi assim que os Povos da Floresta se uniram.

A Aliança dos Povos da Floresta começou assim: legitimada depois da morte do Chico Mendes e continua viva até hoje. Com a retomada da Aliança em 2007, com a reestruturação da Aliança, novamente vamos dar um passo extremamente importante alavancando o debate sobre as mudanças climáticas, porque conquistamos as florestas e demarcamos os territórios.

Cuidamos hoje de 120 milhões de hectares de floresta, que precisam ser preservadas. Convivi muito com Chico Mendes porque nasci numa colocação que ficava a meia hora de distância da colocação onde ele morava.

Cresci com o Chico Mendes e sei como ele se alfabetizou. Sou consciente de que o Chico tinha uma sabedoria que parecia vir do além. Uma coisa da qual me orgulho mui-

to é que ele nos deixou recomendações que são princípios básicos de cada um de nós, que somos lideranças.

Uma delas é a questão da responsabilidade, outra é o compromisso que você tem que ter com aquilo em que você acredita, e a terceira, é sempre pensar na união do grupo. O Chico tinha essa questão da disciplina, da responsabilidade, do compromisso, da lealdade.

Ele tinha como princípios básicos sagrados, que alguém para ser liderança, deveria possuir esses princípios. Quem conviveu com Chico, por mais que queira, às vezes, se desviar para outro caminho, só de lembrar daquela mensagem dele durante as assembleias do Sindicato, não consegue perder o rumo.

Todos temos consciência de que uma grande liderança precisa ser disciplinada, ter responsabilidade, compromisso, respeito, união com o grupo e, também, tem que ler muito para passar as informações aos companheiros. Essa é a grande mensagem que Chico deixou pra todos nós.

É por isso que a Marina [Silva], a Júlia [Feitoza], o Raimundo Barros, o Gomercindo [Rodrigues], o Jorge Viana e eu, todos somos pautados e enlaçados pelos ensinamentos de Chico Mendes.

No futuro precisamos ter nossos governantes saídos da base, do nosso meio. Mais uma vez digo que a Aliança dos Povos da Floresta e a Aliança Internacional dos Povos da Floresta vão desempenhar um papel fundamental no convencimento dos governantes e da sociedade civil de que é necessário investir em organismos de pesquisa e tecnologia para podermos identificar, contabilizar e tabular toda a riqueza que a floresta nos oferece em pé.

Júlio Barbosa de Aquino

Presidente do CNS. Depoimento à jornalista Zezé Weiss,
para a 3ª edição do livro Vozes Floresta
Editora Xapuri, 2024.



*Júlio Barbosa de Aquino - Presidente do CNS.
Foto: Acervo CNS*

DA FLORESTA PARA O MUNDO: 40 ANOS DE LUTAS, CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS

Neste ano de 2025, O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) completa quatro décadas de (re)existência. Fundado em 1985, a partir da mobilização histórica dos seringueiros do Acre, o CNS nasceu como expressão viva da luta dos povos da floresta em defesa da vida, dos territórios e de seus modos de existir.

Enraizado na prática do uso sustentável dos recursos naturais e na valorização das comunidades como guardiãs da floresta viva, o CNS consolidou-se como voz coletiva que ecoa da Amazônia para o mundo. Desde então, ampliou sua presença para todos os estados da Amazônia Legal e alcançou outros biomas, como o Cerrado, tornando-se referência política legítima na representação das populações tradicionais extrativistas.

Ao longo dessas quatro décadas, a luta que nos une se consolidou em conquistas históricas. Uma das mais marcantes é a criação dos territórios coletivos, fruto da proposta revolucionária de garantir o direito coletivo à terra, que se expressa em modalidades como as Reservas Extrativistas (Resex), Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Florestas Nacionais e Estaduais, entre outras.

Hoje, esse legado alcança aproximadamente 13% da Amazônia Legal, avançando também, desde 1992, para áreas costeiras e marinhas, com a criação das Reservas Extrativistas Marinhas, consolidando-se, assim, a materialização da luta coletiva em defesa da floresta e da vida. Com isso, tornou-se patrimônio político, social e ambiental não apenas da Amazônia, mas de todo o Brasil e do mundo.

Esse marco só foi possível porque muitos homens e muitas mulheres dedicaram e arriscaram suas vidas em defesa da floresta, com destaque para um dos grandes idealizadores do nosso movimento, um líder que germinou como semente e que segue florescendo em nossa luta: Chi-

co Mendes, o seringueiro, sindicalista, Patrono Nacional do Meio Ambiente e fundador do CNS, brutalmente assassinado a mando do latifúndio, em Xapuri, no Acre, em 22 de dezembro de 1988.

Sua vida e suas palavras permanecem como nosso guia: *“No começo, pensei que estava lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.”*

A memória de Chico Mendes, assim como a de tantas outras companheiras e de tantos outros companheiros, segue como a luz da poronga, orientando nossa caminhada.

Mesmo diante de ameaças e desafios – a violência contra lideranças, a degradação ambiental, a insuficiência de políticas públicas e a emergência climática – seguimos firmes na defesa da floresta viva e dos povos que nela vivem e dela fazem parte.

Nossos compromissos, reafirmados em 2023, no VI Congresso Nacional do CNS em Brasília, expressam nossa missão institucional e nossa visão de futuro. Dentre eles, destacam-se:

- A garantia da visibilidade e do reconhecimento dos territórios de uso sustentável como estratégia central no enfrentamento da crise climática e na consolidação desses espaços por meio da regularização fundiária.
- O fortalecimento da economia da sociobiodiversidade, alicerçada na gestão produtiva e em mecanismos de financiamento que valorizem nossas economias; a defesa de um financiamento climático justo
- A educação e a formação das juventudes como pilares de fortalecimento comunitário; e,
- O protagonismo das mulheres extrativistas, cuja voz e ação são essenciais para a continuidade de nossa luta e de nossos territórios.

Seguiremos lutando pela valorização da economia da sociobiodiversidade e pela ampliação de políticas públicas que fortalecem os povos da floresta, como o Programa

de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de iniciativas estruturantes como o Sanear a Amazônia e a Rede Conexão Povos da Floresta.

Do mesmo modo, avançaremos na construção de instrumentos de reconhecimento internacional, como os pagamentos por serviços ambientais e ecossistêmicos, a regulação justa dos mercados de carbono e a transição energética baseada na floresta viva.

Ao celebrarmos estes 40 anos, reafirmamos que a luta dos povos da floresta é uma luta global, fundamental para a justiça climática, ambiental e social. Iluminados pela poronga – símbolo de nossa resistência –, seguiremos mobilizados, organizados e unidos para garantir que as vozes das populações tradicionais extrativistas ecoem em todos os espaços de decisão, do território local às arenas nacionais e internacionais.

Com esperança e compromisso, reafirmamos: nossa luta é pela vida, pelas florestas, pelos mares e por um futuro justo para todas as gerações. Que a chama da poronga, símbolo de resistência e de luz em meio à escuridão, continue a nos guiar pelos próximos 40 anos e além.

**Com a saudação da
Diretoria Nacional do CNS**





2025 - (Registro do ato público da II Semana da Sociobiodiversidade em Brasília - DF) -
Foto: Thiago Araújo

CONVERSA ENTRE GERAÇÕES

Companheiras e companheiros, chegamos a este marco de 40 anos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Para mim, que vivi desde os primeiros passos dessa luta ao lado de Chico Mendes e de tantos outros companheiros e companheiras, é um momento de profunda emoção. Eu me lembro do tempo em que defendíamos cada palmo da floresta, cada direito coletivo, enfrentando grandes ameaças e também grandes desafios. Hoje, olho para trás e vejo que o CNS é fruto dessa coragem coletiva, dessa esperança que nunca nos deixou desistir. - **Júlio Barbosa.**

E para mim, como jovem extrativista marajoara, nascida no município de Curralinho, é uma honra estar aqui ao lado de Júlio e de todas as lideranças que construíram esse caminho. Nós, jovens, aprendemos com essa história e assumimos a responsabilidade de seguir adiante. A luta não acabou, ela se transforma. E nossa tarefa agora é fortalecer nossas comunidades, nossas associações, nossas cooperativas, e poder incidir na consolidação deste legado, os territórios coletivos conquistados. Queremos Políticas Públicas que dialoguem com as nossas realidades, saúde, educação, lazer, transporte, infraestrutura.- **Letícia Moraes.**

É bonito ver que aquilo que começou com a dor e a coragem de seringueiros, de famílias que resistiam no Acre e em tantos outros cantos da Amazônia, hoje se espalhou por todos os estados da Amazônia Legal, chegando até os maretórios, às Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas. Esse movimento não pertence a uma só geração, ele é tecido no tempo, e cada geração deixa sua marca para a seguinte. - **Júlio Barbosa.**

E é isso que queremos dizer aqui: que essa luta é um legado e também uma responsabilidade. Nós, jovens, não estamos apenas recebendo um legado. Estamos construindo, junto com as lideranças históricas, um futuro que precisa de nós. O futuro não é amanhã, o futuro é agora, e ele depende da nossa participação. - **Letícia Moraes.**

Se o passado nos ensinou a resistir, o presente nos pede compromisso. E o futuro, companheiras e companheiros, pede coragem para sonhar. - **Júlio Barbosa**.

Seguimos juntas e juntos, aprendendo, ensinando e cuidando da floresta e da vida. Porque, como diz Gatão: “A morte da floresta é o fim da nossa vida”. - **Letícia Moraes**.

E hoje sabemos que essa luta é de todas e todos nós. Que os próximos 40 anos floresçam com a mesma coragem dos que vieram antes. Que sejam anos de força, de mãos dadas e de esperanças plantadas em cada território. - **Júlio Barbosa**.

Sigamos adiante, juventudes extrativistas, porque o futuro já não é o amanhã. Ele pulsa agora, nas nossas vozes, nas nossas lutas e na floresta viva. - **Letícia Moraes**.

Júlio Barbosa – Presidente do CNS
Letícia Moraes – Vice-Presidenta do CNS

BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DOS 40 ANOS

Registrar os 40 anos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) é mais do que contar uma história é guardar o coração de um povo.

É fazer ecoar, nas páginas deste livro, as vozes que nasceram da floresta e aprenderam com ela o valor da resistência, da partilha e da esperança.

Este registro não é feito por estudiosos de fora, mas pelas próprias lideranças extrativistas, mulheres, homens e jovens que, com as mãos marcadas pelo trabalho e o olhar firme de quem cuida da vida, tornaram-se nossos verdadeiros doutores e doutoras da floresta.

Cada palavra aqui escrita carrega saberes que não cabem em livros, mas que o tempo e a memória insistem em preservar: o som dos empates, o cheiro do látex, a reza das mulheres, o riso dos jovens, o silêncio das águas e a coragem de Chico Mendes, que ainda guia nossos passos.

Este livro é um gesto de gratidão e continuidade.

É a poronga acesa que ilumina o caminho dos que vieram antes e dos que seguem agora - jovens, mulheres, lideranças da base -, mantendo viva a chama da luta extrativista, junto com o sonho de uma floresta livre, diversa, em pé e com vida.

Mais do que celebrar quatro décadas, este registro afirma: A nossa história não se escreve com tinta, ela se escreve com vida.



UM CONSELHO CONSTRUÍDO PELA LUTA DOS POVOS DA FLORESTA

A história do Conselho Nacional das Populações Extrativistas é, antes de tudo, a história de um povo que transformou resistência em identidade, que fez da floresta bandeira de vida e de futuro.

Nos anos 1980, em meio às correntes de exploração e à ameaça de devastação, os seringueiros, homens e mulheres da floresta, ergueram-se como protagonistas de uma luta inédita, não apenas pela terra, mas pelo direito de existir segundo seus modos de vida, de produzir sem destruir a natureza e de garantir a própria existência da floresta.

Pela primeira vez, a floresta viva deixou de ser vista como obstáculo ao progresso e passou a ser compreendida como território de direitos, morada de culturas e fundamento da justiça social de atores fundamentais, como os seringueiros.

O CNS nasceu no chão da Amazônia, na força coletiva dos empates (o “empate” era, literalmente, um ato de colocar o corpo à frente das motosserras. Quando os madeireiros ou peões chegavam para derrubar a mata, os seringueiros reuniam dezenas, às vezes centenas de pessoas, homens, mulheres, crianças e idosos e formavam um cordão humano em torno das árvores).

Com cantorias, faixas, rezas e palavras de ordem, eles impediam fisicamente o desmatamento, mas sem usar armas, sem violência. Era um protesto coletivo, uma demonstração de que a floresta tinha dono) e que o dono era o povo que nela vivia e dela cuidava e na clareza visionária de Chico Mendes, seringueiro, sindicalista, patrono do meio ambiente e mártir de uma causa maior que ele próprio.

Criado em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizando na Universidade de Brasília (UnB), o então Conselho Nacional dos Seringueiros logo ampliou sua visão, reconhecendo que a luta não se limitava à borracha, mas abrangia toda a sociobiodiversidade e a pluralidade de povos e modos de vida que compõem a Amazônia e os demais biomas brasileiros. Assim, o extrativismo deixou

de ser visto como mera atividade econômica e passou a se afirmar como identidade política, cultural e ecológica.

O CNS trouxe para o centro do debate a vida das populações extrativistas e sua relação inseparável com a floresta. Propôs um modelo de justiça que não exige filiação ou mensalidades, mas que se enraíza na autonomia comunitária e na ancestral tradição de coletividade. Sua luta ecoou além da Amazônia, tornando-se exemplo de resistência para o Brasil e para o mundo.

O sangue de Chico Mendes, derramado em 1988, não silenciou sua voz, mas fez dela um grito ainda mais potente. Sua morte expôs a violência contra lideranças da floresta e, paradoxalmente, abriu caminhos para conquistas históricas: a criação das Reservas Extrativistas (Resex), dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs e PAEx), e a consolidação de um novo paradigma - a Reforma Agrária Ecológica para a Amazônia.

Esses territórios coletivos não apenas asseguram o direito das comunidades à terra, mas também garantem que a floresta permaneça em pé, viva e fértil.

Fruto da mobilização popular, anteciparam-se à própria legislação e inspiraram marcos nacionais, como a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000.

Hoje, esse legado se espalha da Amazônia ao Cerrado e ao Nordeste, ampliando o alcance de uma luta que começou nos empates e tornou-se patrimônio de toda a humanidade.

O CNS é, portanto, mais que uma organização: é a expressão viva da resistência de povos que, há séculos, reinventam a liberdade em seus territórios. A luta iniciada por Chico Mendes e tantos outros segue acesa. Porque a floresta em viva é mais que paisagem: é promessa de futuro, é chão de dignidade, é o coração pulsante de um Brasil que resiste em sua diversidade de povos.



Faculdade de Engenharia da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Instituto de Tecnologia e Agrobiologia -
Conselho de Arroz - Santiago do Brasil - Associação de Semeadoras e Colheitas de Baurópolis - Baurópolis,
SP - Instituto de Física de São Carlos (IFSC) - UNICAMP - Campinas de São Carlos - Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - Universidade de Brasília.

CAPÍTULO I

CAMINHOS DE UM LEGADO DE 4 DÉCADAS

UM SONHO CONSTRUÍDO PELOS POVOS DA FLORESTA

“A floresta é nossa casa, nossa vida, nosso negócio”. Foi aqui, entre rios e florestas, que aprendemos que lutar pela terra não é só ocupar espaço, é garantir que a floresta seja mantida viva, que nossos rios corram limpos e que nossas crianças possam crescer respeitando quem somos.

Nós, seringueiros e seringueiras, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras, quebradeiras e quebradores de coco e castanha, somos os povos da floresta. Nossa luta nos fez enxergar que não podemos depender apenas do Estado. Precisávamos de uma voz própria, uma organização que fale por nós e defenda nossa maneira de viver. Assim nasceu o CNS.

Nos anos 1970, lutávamos pela posse da terra. Mas logo percebemos que não bastava só ter o chão sob nossos pés, precisávamos proteger a floresta viva e ter direito à vida digna. Nos tornamos sujeitos ativos, guardiões de territórios e da nossa própria identidade, reconhecendo que a floresta é nosso direito.

Foi na década de 1980 que nosso movimento ganhou corpo. Lutávamos contra a exploração desenfreada e contra quem queria ver nossa floresta destruída. Em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, nós, povos da floresta, criamos o CNS, idealizado por nosso líder e irmão Chico Mendes. Ele nos ensinou que não se luta só por seringueira, mas por todas as formas de vida que a floresta nos dá.

O assassinato de Chico Mendes, nos chocou, mas também nos uniu. Mostrou o preço que se paga por defender o que é nosso. A partir daí, nossa voz ecoou não só no Brasil, mas no mundo, e conquistamos respeito e reconhecimento internacional.

Nos anos 1990, nossa luta começou a dar frutos concretos. Chegaram as primeiras Reservas Extrativistas (Resex) e os Projetos de Assentamento Extrativista (PAE). Por meio dessas conquistas, garantimos nosso direito à terra e à preservação da floresta, criando o que chamamos

de Reforma Agrária Ecológica. Hoje, mais de 682 territórios somam 66 milhões de hectares, ou 13% da Amazônia Legal (IEA, 2017), sob a proteção de nós, povos extrativistas.

Nós não lutamos apenas por território, mas por sobrevivência, autonomia e identidade. Antes, éramos apenas trabalhadores isolados; agora, somos uma força organizada, reconhecida pelo Estado e pelo mundo.

Nesse percurso de uma ampla construção coletiva de legados e resistências, aprendemos que a luta não se limita à terra. Precisamos de educação contextualizada, saúde de qualidade, transporte, infraestrutura, comunicação, lazer, saneamento e crédito para produzir de forma sustentável.

Conforme diz nosso líder Atanagildo de Deus Matos - Gatão: “O cooperativismo, a economia solidária e o manejo comunitário da floresta. Incluímos pescadores, marisqueiras e quebradeiras de coco, garantindo que todos os povos da floresta tivessem suas vozes ouvidas.”

A luta dos seringueiros, também conhecida como a luta dos povos da floresta, ganhou grandes proporções ao longo da história, não apenas por defender um novo modelo de uso ambiental, mas por representar a consolidação desses povos como uma classe social com reivindicações próprias.

Pela primeira vez, não se tratava apenas de proteger a floresta viva e de pé, mas de reconhecer que os povos que nela vivem são protagonistas na garantia de direitos fundamentais, incluindo o direito à terra, ao trabalho digno e à manutenção do próprio ecossistema.

Essa mobilização trouxe uma nova compreensão sobre a relação entre os seringueiros e a floresta: eles não eram apenas habitantes ou exploradores dos recursos naturais, mas agentes ativos na construção de políticas que garantissem, além de sua permanência e da sustentabilidade ambiental, uma nova identidade Amazônica.

Assim, a floresta em pé e com vida deixou de ser vista apenas como uma questão ambiental e passou a ser entendida como um direito assegurado às populações que dela dependem para sua sobrevivência.

O CNS nasceu da compreensão de que os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) não eram suficientes para atender às necessidades da luta pela terra. A exigência de filiação formal e o pagamento de mensalidades excluía justamente aqueles que mais precisavam de representatividade: os seringueiros, os povos da floresta e as comunidades tradicionais.

Nos anos 1970, a luta dos STTRs era voltada principalmente para a posse da terra. No entanto, um novo movimento emergiu, trazendo um olhar mais amplo sobre a realidade amazônica.

A luta dos seringueiros não era apenas pelo direito à terra, mas também pela liberdade, pela preservação da floresta em pé e pelo acesso a direitos fundamentais que garantem dignidade humana.

Como legado da luta dos seringueiros, em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, foi criado o CNS. Inicialmente chamado de Conselho Nacional dos Seringueiros, a organização idealizada pelo líder sindical Chico Mendes passou por reformulações ao longo do tempo, à medida que se reconhecia que os povos da floresta não se limitavam à atividade da extração da borracha.

Compreendeu-se que sua identidade e sua luta envolviam toda a diversidade socioproductiva, cultural e econômica que as florestas e os rios oferecem.

Assim, o conceito de extrativismo foi ampliado, deixando de ser restrito à seringueira e passando a abarcar uma visão mais ampla sobre a relação dessas populações com a natureza, fortalecendo a compreensão de sua própria classe como sujeitos de direitos e guardiões dos territórios que habitam.

O CNS surgiu com esse propósito: colocar a vida das pessoas e das florestas no centro da promoção da justiça social. Um de seus princípios fundamentais é a autonomia das comunidades na forma como se organizam, sem exigência de filiação ou pagamento de contribuições.

Ao longo das décadas, essa luta se fortaleceu com lideranças como Chico Mendes, que ampliaram a voz dos

seringueiros e dos demais povos da floresta para além das fronteiras da Amazônia, tornando sua causa reconhecida mundialmente.

O assassinato de Chico Mendes, em 1988, representou um marco nesse contexto, evidenciando a violência contra líderes ambientalistas e impulsionando uma nova fase de mobilização.

A pressão nacional e internacional gerada por sua morte resultou em avanços importantes e em conquistas significativas, como a criação das Reservas Extrativistas¹ (Resex), com a criação de outros modelos de destinação de florestas públicas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, (SNUC), criado em 18 de julho de 2000, pela Lei nº 9.985, é conquista da sociedade que se desdobra dessa luta.

A luta do CNS foi responsável também pela criação de outros mecanismos de destinação de florestas públicas, além daquelas abrangidas no SNUC, como a criação da Reforma Agrária Ambiental, no caso dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs).

Juntamente com as Reservas Extrativistas (Resex), os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) são territórios coletivos que asseguram o direito das comunidades à terra e promovem o uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, os resultados desse movimento são concretos: antes da garantia da lei, o movimento configurado no CNS conquistou o reconhecimento das Reservas Extrativistas (Resex) como modelo de acesso ao território, garantindo a permanência das populações tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais.

Essa política, que nasceu na Amazônia, hoje ultrapassa seus limites e se expande pelo nordeste brasileiro, consolidando um legado de luta e proteção aos povos da floresta.

Ademais, também conquistas desse movimento, os Projetos de Assentamento configurados foram incorporados

1 A primeira Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, em 12 de março de 1990, dois anos depois da morte de Chico Mendes.

como política pública, consolidando uma estratégia de Reforma Agrária Ecológica e garantindo a permanência das populações tradicionais em seus territórios.

Assim, a luta iniciada por Chico Mendes e outros líderes extrativistas segue viva, reafirmando o papel essencial dessas comunidades na conservação da floresta e na defesa dos seus direitos.

CONQUISTAS DOS TERRITÓRIOS

Como reforçava Chico Mendes: “A nossa vitória é resultado da nossa disciplina e organização”.

O legado de Chico Mendes e do movimento dos extrativistas, resultado da organização das bases, representam marcos importantes que devem ser ressaltados:

- Criação de um modelo de usufruto territorial existente apenas no Brasil;
- Reconhecimento do nascimento de uma identidade amazônica;
- Reconhecimento da importância dos Povos da Floresta para a conservação das florestas e rios; e,
- Criação de uma organização nacional de articulação e mobilização dos extrativistas.

Com seu assassinato e a pressão internacional, a partir do final da década de 1980, as mobilizações ganharam força, resultando na criação dos primeiros Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) e, posteriormente, das primeiras Reservas Extrativistas (Resex).

Como resultado desse processo, surgiram outras modalidades territoriais coletivas construídas pelos extrativistas e incorporadas pelo estado como Política Pública, conhecida como “Reforma Agrária Ecológica para a Amazônia”.

Segundo pesquisas do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), esse legado se traduz em números expressivos: 682 territórios criados, abrangendo uma área de 66.374.390 hectares, o que corresponde a 13,18% da Amazônia Legal.

Entretanto, a luta não se encerra com a criação dos territórios em suas diversas modalidades, pois é fundamental garantir às comunidades o acesso a políticas estruturantes que assegurem sua permanência e qualidade de vida.

Entre essas políticas, destacam-se: educação escolar contextualizada à realidade local; acesso à saúde e prevenção de doenças; transporte; infraestrutura; comunicação; lazer; segurança; saneamento; acesso a financiamento e crédito; fomento à sociobiodiversidade e à produção sustentável; assistência técnica e extensão rural; valorização dos conhecimentos tradicionais; regularização fundiária; incentivo ao cooperativismo e à economia solidária; acesso a mercados para a comercialização da produção extrativista; proteção territorial contra invasões e desmatamento; fortalecimento da governança comunitária; e apoio às Tecnologias Sociais desenvolvidas nas próprias comunidades, como, por exemplo, estratégias de manejo sustentável.

Ainda sobre o aspecto das diferentes modalidades territoriais, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro 1. Modalidades de territórios de uso coletivo

Sigla do Território	Nome do Território
PAE	Projetos de Assentamento Extrativista
Resex	Reserva Extrativista Florestal
Resex	Reserva Extrativista Costeira e Marinha
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PAF	Projeto de Assentamento Florestal...
PEAEX	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista
FLOTA	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional
<i>Fonte: CNS (2025)</i>	

Esses territórios são nomeados de acordo com as características geográficas e sociais de cada região, podendo incluir termos como Ilha, Rio, Glebas, Municípios e Igarapés.

A partir do crescimento da sua organização, o CNS conseguiu mobilizar e conquistar o apoio de diversas comunidades tradicionais, como aquelas que vivem nas florestas e nas águas do Brasil.

A inclusão de outras populações tradicionais, como pescadores, marisqueiras e quebradeiras de coco babaçu e castanha, foi um marco importante na transformação institucional da entidade, pois se buscava atender a uma gama mais ampla de povos que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

MISSÃO, PRINCÍPIOS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CNS

O CNS tem como missão representar, organizar e garantir os territórios de uso coletivo das populações tradicionais extrativistas, articulando e reivindicando políticas públicas para assegurar a sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural dessas comunidades.

Entre seus princípios, destacam-se: a) Garantia do território e dos direitos coletivos; b) Diálogo mútuo e respeito às decisões; c) Gestão participativa e autônoma; d) Harmonização das relações de gênero e geração; e) Compromissos com a ética, a democracia e a transparência.

A instituição se estrutura por meio de sua base, articulando-se com associações de moradores, sindicatos de trabalhadores rurais, colônias de pescadores, cooperativas, igrejas e grupos coletivos situados dentro dos territórios ou maretórios (espaços de existência das comunidades costeiras e marinhas).

Essa organização permite que o movimento se mobilize e atue com estratégias eficazes para fortalecer sua representatividade.

O Congresso do CNS ocorre em duas instâncias principais:

- Congresso Estadual – Responsável por eleger os delegados para o Congresso Nacional.
- Congresso Nacional – Instância de deliberação das questões estruturais do movimento, incluindo a eleição da diretoria executiva e do conselho deliberativo.

O CNS também adotou um compromisso com a paridade de gênero, garantindo que 50% das vagas sejam ocupadas por mulheres e, no mínimo, 30% por jovens, reforçando a importância da inclusão geracional e da diversidade na tomada de decisão.

A instituição se articula com as associações de moradores dos territórios de uso comum, com os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTRs), situados nos municípios que possuem florestas, com as colônias de pescadores e pescadoras, cooperativas, núcleos de igrejas e grupos coletivos que vivem dentro dos territórios ou Maretórios.

Para cada situação, adota uma estratégia de mobilização, dependendo do processo e da quantidade de pessoas a serem mobilizadas. Cada situação de representação tem uma dinâmica própria para distribuir as vagas de participação, considerando municípios, territórios e etnoregiões e necessidades de reunião.

Essa escala depende do total de pessoas a serem convocadas para chegar ao número possível. Considera-se o orçamento disponível para a realização do evento: logística, transportes, hospedagens, combustíveis, aluguéis de veículos terrestres e aquáticos, alimentação, Uber, táxi e mototáxi no traslado interno e externo até chegar ao local do evento.

No local do evento: hospedagens, alimentação, lanches, café, aluguel de salão de reuniões e acessórios. Quando analisamos os recursos captados dos apoiadores, chegamos a definir quantas pessoas conseguimos mobilizar para participar.

Dando como exemplo, o Congresso ocorre em duas instâncias: uma é o Congresso Estadual, que elege os delegados para participar do Congresso Nacional.

De acordo com o orçamento e as parcerias firmadas para a realização do Congresso Estadual, define-se o tamanho do evento, que pode contar com 300, 200 e até 100 delegados e delegadas.”

A partir do número total de participantes, que inicia o processo com os e as dirigentes, é feito um levantamento dentro do estado, analisando o número de territórios, municípios e etnoregiões, como é o caso do estado do Pará.

As etnoregionais são instâncias de organização da participação, onde a adesão desses territórios nas pautas extrativistas ocorre de forma livre.

O CNS se articula e se mobiliza para sensibilizar o Estado brasileiro ou qualquer ente da federação, incluindo parceiros internacionais. Dependendo do apoio recebido, esse número será distribuído para as etnoregionais de forma a considerar a representatividade territorial dos e das extrativistas de cada região.

A principal orientação instituída atualmente no Estatuto do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) é que toda mobilização deve garantir a paridade, com 50% de homens e 50% de mulheres, além de, no mínimo, 30% de jovens, para assegurar a participação das diferentes gerações.

Essa orientação é repassada aos articuladores locais, como associações de moradores, cooperativas ou sindicatos, e outros atores locais que dialogam com os territórios para definir os melhores nomes representativos para participar dessas instâncias.

A partir desses membros, é eleita a representação federal para o Congresso Nacional, que discutirá as questões pertinentes, incluindo a eleição dos membros da diretoria executiva e do conselho deliberativo, conforme as instâncias estatutárias.

Essa orientação é repassada aos articuladores locais, como associações de moradores, cooperativas ou

sindicatos, e outros atores locais que dialogam com os territórios para definir os melhores nomes representativos para participar dessas instâncias.

A partir desses membros, é eleita a representação federal para o Congresso Nacional, que discutirá as questões pertinentes, incluindo a eleição dos membros da diretoria executiva e do conselho deliberativo, conforme as instâncias estatutárias.

Diferente dos sindicatos tradicionais, o CNS não busca criar vínculos burocráticos, mas sim fortalecer a adesão à sua política de luta e resistência. Com efeito, esse sistema de organização inaugurado pelo CNS, foge aos paradigmas das organizações clássicas, em especial no que respeita à oposição entre os direitos positivos e negativos de associação.

No CNS não há associação formal das diversas associações existentes nos territórios extrativistas, nem de suas lideranças, não há nenhum cadastro, filiação, pagamento de mensalidades, anuidades, como acima descrito. O vínculo é com as suas organizações de base a partir dos territórios extrativistas e de suas lideranças.

O compromisso do Conselho Nacional das Populações Extrativistas é a luta dos povos da floresta, de proteger a floresta viva e de pé e o protagonismo dos povos que ali vivem sem intermediários na relação de representação.

Para Atanagildo Matos, Diretor do CNS e articulador nacional, essa é a essência do movimento: Mais do que uma organização, o CNS é um símbolo de resistência e pertencimento, onde a floresta e seus povos são protagonistas das próprias histórias. Como estratégia de fortalecer a luta dos povos da floresta, o CNS firmou a aliança dos povos da floresta, um movimento importante que marcou a luta dos povos indígenas e extrativistas e que segue firme.

UMA ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA E INCLUSIVA

“O que nos junta é a política que defendemos, não carteirinha ou filiação. Respeitamos as formas de cada território de se impor e se organizar nessa luta. Somos filiados pela concepção de mundo, não por carteirinha. Conforme Atanagildo de Deus Matos”, o que nos une.

A escolha entre conselho e associação reflete diferentes formas de organização e governança. Enquanto um conselho atua como um órgão deliberativo e estratégico, uma associação reúne membros para promover interesses comuns de maneira mais flexível e descentralizada.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) nasceu com o objetivo de garantir governança e articulação entre territórios e comunidades. No entanto, a estrutura inicial, baseada em comissões municipais, tornou-se difícil de gerenciar devido à descentralização excessiva e à multiplicação de representações.

Diante desse desafio, o modelo de gestão foi reformulado. As comissões municipais foram descontinuadas, e a direção nacional passou a integrar associações que compartilham dos princípios do CNS, sem exigir estrutura burocrática rígida. Isso permitiu maior eficiência sem comprometer a representatividade.

A denominação de “associação como conselho” reflete o compromisso com a inclusão. Ninguém é obrigado a se filiar, nem a permanecer articulado ao CNS. O CNS continua aberto a sindicatos, colônias, cooperativas e outras organizações territoriais, garantindo que novas associações possam se juntar sem a necessidade de filiação formal.

Esse modelo, inspirado na experiência de Chico Mendes, prioriza a política socioambiental como elo de união, em vez de carteirinhas ou contratos. O foco está na defesa dos territórios, na autonomia das comunidades e n

Ao eliminar barreiras burocráticas, o CNS fortalece a resistência e garante que aqueles que mais precisam tenham voz ativa no movimento extrativistas sejam preservadas sem a imposição de estruturas rígidas.

Graças à organização e disciplina do movimento, as populações extrativistas têm conquistado maior autonomia econômica, reduzindo sua dependência dos atravessadores, patrões e das diversas burocracias do Estado. Com a ampliação das discussões e reconhecimento dos saberes locais, as comunidades passaram a estruturar seus próprios modelos de gestão da produção, comercialização e distribuição.

O fortalecimento das cooperativas e associações locais tem permitido que os extrativistas obtenham preços melhores por seus produtos, agregando valor à produção sem comprometer a sustentabilidade dos territórios.

Ademais, novas iniciativas econômicas têm surgido dentro do movimento, impulsionadas por projetos de manejo florestal comunitário, beneficiamento de produtos não madeireiros e certificações socioambientais.

Essas ações não apenas aumentam a rentabilidade, mas também reforçam a identidade dos povos da floresta e consolidam sua autonomia frente aos mercados convencionais.



Foto: Arquivo pessoal

CAPÍTULO II

O CNS PELAS VOZES DAS MULHERES DA FLORESTA



Foto: Fátima Cristina (Registro de Dona Raimunda dos Cocos).

DONA RAIMUNDA DOS COCOS

Letícia Moraes e Fátima Cristina da Silva

Dona Raimunda Gomes da Silva, a eterna Dona Raimunda dos Cocos, foi uma mulher extraordinária, cuja vida se confunde com a própria história de luta e resistência das populações extrativistas no Brasil.

Nascida em 26 de junho de 1940, em Novo Jardim, no Maranhão, superou inúmeras adversidades para se tornar uma liderança de renome internacional, símbolo de bravura, resiliência e solidariedade.

Quebradeira de coco babaçu, mãe de seis filhos, conheceu desde cedo a dureza do trabalho rural e da sobrevivência sob o sol escaldante do Cerrado. Mas foi justamente dessa realidade que tirou forças para transformar sua vida em bandeira coletiva.

Aos 20 anos, aprendeu a assinar o próprio nome e, com ele, inscreveu sua voz na história de mais de 400 mil mulheres trabalhadoras rurais extrativistas.

A trajetória de Dona Raimunda esteve profundamente ligada ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, à Secretaria Nacional das Trabalhadoras Rurais Extrativistas e ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Sua bagagem era feita de sabedoria ancestral e coragem política.

Foi uma mulher capaz de dialogar com governadores, presidentes da República e autoridades internacionais, sem jamais perder suas raízes, sempre com voz firme e enraizada nas comunidades da floresta e do babaçu.

Em 1976, ao mudar-se para o Tocantins, aproximou-se da luta pela terra ao lado do Padre Josimo, com quem compartilhou caminhos até seu assassinato em 1986. A partir daí, intensificou sua atuação, organiza

No CNS, teve papel decisivo na criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, onde atuou como diretora até 2005 e, posteriormente, como presidente de honra. Sua liderança foi marcada pela defesa do meio ambiente, pela valorização do conhecimento tradicional das

mulheres, pela luta por saúde, educação e reconhecimento de direitos.

Seu protagonismo rendeu homenagens nacionais e internacionais: o Prêmio Cidadania Brasileira (1998), o Prêmio Chico Mendes de Liderança Individual (2002), o Prêmio Bertha Lutz – Mulher Cidadã (2003) e o título de Doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Tocantins (2009). Sua história também ganhou as telas nos documentários *A Bagagem das Mulheres da Floresta* e *Raimunda, a Quebradeira*, além de ecoar em conferências no Canadá, França, Estados Unidos e China.

Mesmo diante de ameaças de morte, Dona Raimunda jamais recuou. Com amor profundo pelos povos da floresta e uma visão clara de justiça social, defendeu o direito de viver, existir, produzir e sonhar em territórios coletivos, protegendo os bens comuns como fundamento de dignidade e de futuro.

Seu legado ultrapassa a matéria: é um legado vivo, que inspira mulheres jovens, quebradeiras de coco, pescadoras, marisqueiras, seringueiras e extrativistas do açaí, a seguirem firmes na luta por políticas públicas, pelo reconhecimento dos territórios de uso coletivo e pela presença das mulheres nos espaços de decisão.

Dona Raimunda dos Cocos nos ensinou que ser mulher na floresta é gerar vida e reciprocidade, transformar a existência em luta e esperança. Hoje, a juventude do presente reconhece em sua memória a força que nos move. O seu legado é o nosso legado.

**Viva Dona Raimunda!
Para semprePresente!**





Maria Nice Machado em seu território - Foto: Arquivo pessoal

DONA NICE

MULHER QUEBRADEIRA DE COCO DE BABAÇU

Meu nome é Maria Nice Machado, mas a maioria me conhece como Dona Nice. Sou natural de Penalva, na Baixada Maranhense, e desde muito jovem aprendi, junto com minha mãe e outras mulheres da comunidade, a quebrar o coco-babaçu.

Essa atividade sempre foi muito mais do que trabalho; ela representa nossa identidade, nossa resistência e a conexão profunda que temos com a floresta que nos sustenta. Cresci entendendo que a organização coletiva entre mulheres é a base para a sobrevivência das comunidades, para a defesa de nossos territórios e para a valorização de nossos saberes tradicionais.

Minha trajetória de liderança começou dentro das comunidades quilombolas e foi ganhando força com minha atuação no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), seguidamente no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq - MA).

Nesse movimento, aprendi que a força da mulher extrativista está na união. O MIQCB atua nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, lutando pelo direito de acesso aos babaçuais, o CNS atua em todo território brasileiro, pela titulação de terras, pela preservação ambiental e pelo reconhecimento da importância das mulheres na economia extrativista.

Ao longo dos anos, percebi que não bastava que as mulheres trabalhassem; era preciso garantir que nossas vozes fossem ouvidas em instâncias políticas e institucionais, nacionais e internacionais.

Em 2019, assumi o cargo de Secretária Nacional da Mulher Extrativista no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Essa secretaria é um espaço fundamental para garantir que as mulheres sejam protagonistas nas decisões sobre políticas públicas, sobre a gestão de territórios coletivos e sobre programas de sustentabilidade.

Ser secretária significa representar mulheres de todas as regiões do Brasil que, assim como eu, vivem do extrativismo e da floresta. Significa lutar para que nossas necessidades e demandas sejam incorporadas em políticas que impactam diretamente nossas vidas, nossas comunidades e nosso futuro.

Uma das iniciativas que mais me orgulho de ter ajudado a construir é a campanha “Tem Floresta em Pé, Tem Mulher”. Essa campanha simboliza a relação inseparável entre a preservação ambiental e a presença ativa das mulheres na gestão dos recursos naturais. Ela mostra que onde há mulheres cuidando da floresta, há vida, há proteção, há futuro. A campanha inspirou mulheres e jovens a se engajarem, a assumirem papéis de liderança e a lutar por direitos que garantam dignidade, autonomia e sustentabilidade. Ela se tornou referência nacional, reforçando que o protagonismo feminino é essencial para a manutenção da floresta e para o fortalecimento das comunidades extrativistas.

Meu nome junto de dona Maria Dijé, foi tema central desta campanha com o Projeto “Das Nices e Diijs”, uma construção entre CNS, MIQCB e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) com apoio da Oxfam- Brasil.

Dentro da Secretaria Nacional da Mulher Extrativista, trabalhamos para fortalecer a autonomia econômica das mulheres, capacitar lideranças femininas, estimular a participação de jovens e criar redes de solidariedade entre comunidades.

Nosso objetivo é garantir que cada mulher tenha voz e vez em assembleias, decisões políticas e processos que afetam diretamente suas vidas e seus territórios. A secretaria transformou a experiência em poder coletivo, consolidando a presença das mulheres na construção de políticas públicas inclusivas e sustentáveis.

Ao longo desses anos, participei de inúmeros encontros, conferências e fóruns, nacionais e internacionais, incluindo eventos das Conferências das Partes (COPs) sobre mudanças climáticas.

Nessas ocasiões, levo relatos das comunidades, apresento dados sobre manejo sustentável, defendo políticas de proteção aos territórios extrativistas e garanto que a experiência das mulheres seja considerada nas decisões globais.

Cada vez que nós fazemos ouvir, mostramos que nossa presença não é opcional: é essencial para garantir políticas justas, sustentáveis e eficazes.

O protagonismo que buscamos na secretaria também se reflete na formação de novas lideranças femininas. Trabalhamos para que mulheres e jovens se envolvam em processos decisórios, em assembleias comunitárias e em projetos de governança local.

Essa atuação garante a continuidade da luta histórica das quebradeiras, preserva saberes tradicionais e fortalece redes de solidariedade, promovendo justiça social, equidade de gênero e desenvolvimento sustentável.

O legado da campanha “Tem Floresta em Pé, Tem Mulher” é, para mim, a síntese do que representamos: mulheres que cuidam da floresta, que protegem seus territórios, que fortalecem suas comunidades e que garantem um futuro digno para todos.

Essa campanha simboliza nossa resistência, nossa força e nossa capacidade de transformar a realidade, mostrando ao Brasil e ao mundo que a preservação ambiental e a presença feminina caminham lado a lado.

A Secretaria Nacional da Mulher Extrativista é um espaço de esperança, de transformação e de protagonismo. Através dela, mostramos que as mulheres extrativistas não são apenas beneficiárias de políticas públicas, mas agentes ativos de mudança.

Nós construímos alternativas de desenvolvimento sustentável, garantimos a gestão responsável dos recursos naturais e fortalecemos a economia comunitária, sempre com o olhar atento para a preservação da floresta e para a valorização da cultura tradicional.

Ao refletir sobre minha trajetória, sinto orgulho do que conquistamos. Sinto orgulho de cada mulher que assume

seu papel, que organiza sua comunidade, que protege a floresta e que leva nossa voz para os espaços de decisão. O trabalho que realizamos no CNS, e especialmente na Secretaria Nacional da Mulher Extrativista, é um testemunho de que a força da mulher extrativista transforma vidas, fortalece comunidades e garante que a floresta continue em pé.

Minha missão é clara: representar as mulheres extrativistas, fortalecer suas vozes e garantir que nossas práticas, saberes e direitos sejam reconhecidos e respeitados. A campanha “Tem Floresta em Pé, Tem Mulher” é parte desse legado, um símbolo de resistência, de protagonismo e de esperança. Enquanto houver mulheres cuidando da floresta, haverá vida, haverá justiça social e haverá futuro.



Foto: Carolina Motoki



Edel Moraes - Foto: Centro Soberania/Divulgação

EDEL MORAES: DO MARAJÓ PARA O MUNDO

Este documento é parte da minha escrevivência, o registro de uma vida que não é apenas minha, mas também da coletividade que me formou e segue comigo. Sou Edel Moraes, filha do Marajó, mulher da floresta, e aqui compartilho a caminhada que me levou a ser a primeira mulher a ocupar a vice-presidência do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Minha história é atravessada pela fé que se encontra com a justiça social, pelo aprendizado nas comunidades eclesiais de base, pelo sonho da educação como libertação e pela resistência das mulheres amazônicas. Cada conquista que relato não é individual, mas fruto da força de muitos/as: extrativistas, jovens e mulheres que, assim como eu, lutam por terra, território, dignidade e vida.

Escrevo para reafirmar que o CNS é lugar de causa, e que minha voz é também a voz da floresta. Do arquipélago Marajó ao mundo, sigo acreditando que a esperança se constrói coletivamente e que nossa luta ecoa por justiça social, igualdade e preservação da vida.



Foto: Arquivo pessoal (Diretoria CNS eleita em Macapá)

Eu sou Edel Moraes. Nasci no arquipélago do Marajó, no Pará, e trago comigo as marcas e as memórias de

uma vida inteira atravessada pela luta coletiva. Cresci sem medir a dimensão da importância de viver em comunidade.

Pertencer a uma comunidade era mais que morar em um lugar: era partilhar da fé, da resistência e da esperança de que nasciam nas Comunidades Eclesiais de Base, da qual vem a base da minha formação cristã social.

Ali, minha fé se encontrava com a justiça social. Deus não era distante. Era um Deus que queria ver seus filhos/filhos com terra, com território, com pão. Lembro das cantorias que ecoavam, embalando nossa luta: vozes calejadas, vozes de

Essas músicas me ensinavam que viria um tempo novo — um novo céu e uma nova terra, um novo mar — onde povos negros, indígenas e mulatos comeriam juntos no mesmo prato, são as músicas das comunidades eclesiais de base.

Minha caminhada me levou ao MOVA-Pará, projeto de alfabetização de jovens e adultos, e ao planejamento territorial participativo no governo do estado do Pará. Ali, entre letras e territórios, fui aprendendo que planejar também é sonhar coletivamente, é enxergar o povo como sujeito.

Foi nesse caminho que encontrei o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Em parceria com a GIZ, vivi uma experiência transformadora na implementação da Medida de Desenvolvimento nº 49 – Manejo Sustentável nas Florestas de Marajó, atuando nas Reservas Extrativistas Mapuá e Terra Grande-Pracuúba.

Apoiei a organização comunitária, incentivei a participação de mulheres e jovens e liderei ações de sensibilização de gênero, abrindo espaço para o protagonismo feminino. Em parceria com o ICMBio, promovemos oficinas de produção de cosméticos e repelentes naturais, criamos alternativas de renda e fortalecemos o orgulho das comunidades.

Acompanhei conquistas como certificações orgânicas, cooperativas e fornecimento de alimentos para o PNAE em Breves (PA). Essa vivência reafirmou minha crença no protagonismo das populações extrativistas do Marajó.

Naquele período (2010–2011), vivíamos um movimento intenso de organização comunitária e estruturação de cadeias produtivas, tendo o açaí como base da economia e da identidade local. Lembro bem de uma reunião marcante que uniu duas forças: o CNS com a GIZ e a Universidade Federal da Amazônia (UFRA) com o projeto FrutiPará.

Essa união abriu caminhos para formação, empoderamento e fortalecimento institucional da Resex Mapuá, que chegou a gerir recursos federais e implantar tecnologias sociais como o Sanear Amazônia.

Foi nesse contexto que, em novembro de 2011, já atuando como técnica local do CNS, participei do congresso no Amapá. Ali fui indicada pela base do Marajó e confirmada pela coordenação estadual do Pará para a diretoria nacional.

Após consenso, assumi a vice-presidência do CNS, tornando-me a primeira mulher a ocupar esse cargo. Voltei daquele congresso com alegria histórica e responsabilidade imensa: não era apenas eu, era minha comunidade, as mulheres extrativistas, ribeirinhas e jovens do Marajó ocupando esse espaço.

PRIMEIRA MULHER A OCUPAR A VICE-PRESIDÊNCIA DO CNS



Foto: arquivo pessoal (foto ao lado da Cristina Silva, figura histórica na assessoria do CNS).

No CNS aprendi que ninguém está ali por vaidade ou salário. O CNS é lugar de causa. É um espaço de luta por terra, território, floresta e dignidade. É a continuidade da luta de Chico Mendes e de tantos homens e mulheres da floresta.

Em novembro de 2012, participei do III Congresso Nacional das Populações Extrativistas, realizado em Macapá, no Amapá. Foi um momento histórico, pois além de reunir lideranças de todo o país para discutir a consolidação de políticas públicas para as populações extrativistas e a chamada *Agenda Marajó*, também marcou uma virada na minha trajetória. Ali, o meu nome, indicado pela base do Marajó e referendado pela coordenação estadual do Pará, foi levado à votação nacional.

O consenso construído me levou a assumir a vice-presidência do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) para o período de 2012 a 2015. Voltei desse congresso com a imensa responsabilidade e a alegria de ser a primeira mulher a ocupar a vice-presidência do CNS, carregando comigo a força das comunidades do Marajó e o compromisso com a defesa dos nossos territórios e modos de vida.

Esse momento não foi apenas meu. Foi da minha comunidade, das mulheres quebradeiras de coco, das extrativistas, das ribeirinhas, dos jovens do Marajó. Foi de todos aqueles e aquelas que me antecederam e que seguem comigo.

No CNS, aprendi que ninguém está ali por salário ou por vaidade. O CNS é lugar de causa. É o espaço de quem luta por terra, por território, por reconhecimento. É a continuidade da luta iniciada por Chico Mendes e levada adiante por tantas mulheres e homens da floresta.

Minha escrevivência é essa: a vida que vivi e sigo vivendo, entrelaçada à vida do meu povo. Sou filha da floresta, mulher do Marajó, e carrego comigo a certeza de que cada passo meu é também o passo de muitos. E que nossa voz coletiva segue ecoando, pela memória, pela resistência e pela esperança de um novo céu e uma nova terra.

MINHAS CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE COMO LIDERANÇA DO CNS

Durante o período, atuei no CONARED – Governo Federal como titular, representando o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), conforme Portaria MMA nº 91, de 5 de abril de 2016, e coordenadora da Comissão de Salvaguarda, liderando a construção das diretrizes de salvaguarda.

Nesse papel, fui responsável por articular e coordenar reuniões com órgãos governamentais e partes interessadas, analisar propostas e contribuir para a elaboração de políticas estratégicas voltadas à proteção e cumprimento de direitos relacionados ao tema.

Minha atuação permitiu integrar diferentes perspectivas institucionais, garantindo que as decisões da comissão fossem técnicas, efetivas e socialmente relevantes, fortalecendo minha experiência em liderança, coordenação interinstitucional e gestão de políticas públicas.

Também atuei na linha de frente do processo de discussão da Lei 13.123/2015, que trata do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, atuei como. Minha participação foi marcada por um compromisso firme em garantir que os direitos das comunidades tradicionais fossem respeitados e protegidos.

Nos debates e audiências públicas, expressei minha preocupação de que, embora houvesse encontros com representantes do setor empresarial e do governo, muitos povos e comunidades tradicionais não se sentiram efetivamente ouvidos.

Defendi a importância de um diálogo inclusivo e transparente, destacando que o consentimento prévio, livre e informado das comunidades deveria ser assegurado, conforme previsto na Convenção 169 da OIT.

Minha posição era clara: a legislação precisava equilibrar interesses econômicos com a proteção dos direitos coletivos e culturais, evitando a exploração indevida do patrimônio genético e do conhecimento tradicional sem a devida repartição de benefícios.



Foto: arquivo pessoal, reunião de incidência junto a câmara dos deputados.

Ao longo das audiências, busquei fortalecer a voz das comunidades, trazendo suas perspectivas diretamente para a construção das políticas e contribuindo para que a lei refletisse não apenas interesses técnicos ou econômicos, mas também justiça social e respeito às tradições.

Também tive a honra de participar da construção do Sanear Amazônia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ao lado da então ministra Tereza Campello.

Para mim, não foi apenas um projeto: foi uma escola de aprendizado, compromisso e amor à coletividade. Ali pude ouvir de perto as comunidades tradicionais, compreender suas necessidades mais urgentes e transformar suas vozes em políticas públicas.

O Sanear Amazônia foi, sem dúvida, uma das maiores conquistas da minha trajetória. Ele nasceu do calor do primeiro Chamado da Floresta e foi reafirmado na Marcha das Margaridas, quando levantei a bandeira do CNS. Posso afirmar, com o coração transbordando, que esse projeto mudou vidas — e também mudou a minha.

Acompanhei cada passo desde o início: da ideia ini-

cial à pesquisa, dos intercâmbios de experiências quando estive junto com Cristina Silva, assessora e aliada do CNS e Joaquim Belo, visitando o Instituto Sabiá e conhecendo a experiência do programa Cisterna, e com esta base construímos dentro do CNS a construção da proposta do Sanear Amazônia.



Foto: Arquivo pessoal (Ministra Teresa Campelo em processo de construção do Sanear Amazônia).

Depois, desci à base, mobilizei comunidades, realizei capacitações e, de forma voluntária, ajudei a transformar em realidade aquilo que antes era apenas sonho. Foi nesse processo que vi, diante dos meus olhos, nascer algo imenso: a justiça social em movimento, brotando da força da floresta e da união de seu povo.

Hoje, quando vejo tantas pessoas que participaram desse trabalho e que se tornaram grandes lideranças, como minha irmã, Leticia Moraes, que foi selecionada e coordenou tecnicamente em alguns territórios a implantação do Sanear, sinto um orgulho profundo.

O Sanear Amazônia foi muito mais do que um programa de saneamento: foi um marco de dignidade, um símbolo de organização comunitária e um grito de esperança. Ele prova que, quando a floresta chama e o povo responde, somos capazes de construir o extraordinário.



Sistema de acesso à água pluvial multiuso autônomo



Sistema de acesso à água pluvial multiuso comunitário





PLANEJAMENTO

UF	RESEX	Famílias beneficiadas	Municípios
AC	Chico Mendes	500	Assis Brasil, Brasília, Rio Branco e Xapuri
AM	Baixo Juruá	170	Juruá e Uariní
	Médio Juruá	500	Carauari
AP	Rio Cajari	500	Laranjal do Jari e Marzagão
PA	Arióca Pruanã	260	Oeiras do Pará
	Mapuá	300	Breves
	Terra Grande Pracuúba	370	Curralinho e São Sebastião da Boa Vista
	Soure	200	Soure
Área total		2.800	14 municípios

Participei como interlocutora junto com os demais lideranças do CNS na luta pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, a primeira fora da Amazônia, localizada no Cerrado. Em Montes Claros, tive a honra de entregar ao então presidente do ICMBIO, Roberto Vicentin, o documento de criação dessa unidade.

Foi um marco na proteção dos territórios das populações tradicionais do Norte de Minas Gerais e reafirmou meu

compromisso com a gestão participativa e a preservação ambiental.

Também estive no início do projeto Sou Mulher e Participo, em Tefé, Amazonas, realizando oficinas de sensibilização de gênero junto à professora Rita de Cássia, da Universidade Federal do Amazonas.

Esse trabalho buscou engajar comunidades em reflexões sobre igualdade de gênero, valorização das mulheres e práticas inclusivas. Ali, renovei meu compromisso com a educação, a equidade e a transformação social, especialmente nos contextos comunitários da Amazônia.

Na sequência, colaborei na construção da primeira ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para populações extrativistas, em parceria com o Incra, com o objetivo de fortalecer o apoio técnico às comunidades tradicionais. Participei também do diagnóstico da Resex Tapajós-Arapuins, contribuindo para identificar necessidades locais e planejar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Infelizmente, a ATER não chegou a ser concluída devido ao golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, interrompendo iniciativas fundamentais de fortalecimento das populações extrativistas.

Mais tarde, estive envolvida ativamente na construção do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), lançado em 2018 como a principal iniciativa do governo brasileiro voltada para esses povos.

Contribuí para articular políticas públicas de desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais, levando para o plano nacional as demandas e experiências vividas nas bases comunitárias.

Ao longo da minha trajetória, participei de inúmeros seminários, congressos, simpósios, encontros e oficinas, sempre representando o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Cada espaço foi uma oportunidade de reafirmar a força das comunidades extrativistas, e de projetar suas vozes em nível nacional e internacional.

PARTICIPAÇÕES MAIS MARCANTES,

- III Chamado da Floresta e Congresso Nacional do CNS (2015) – Contribuí para a organização e fortalecimento da pauta extrativista, em um encontro que simbolizou a unidade das comunidades em defesa da floresta. O lema “Somos todos floresta” ecoou como um chamado coletivo à resistência.
- Marcha das Margaridas (2015) – Marchei em Brasília ao lado de milhares de mulheres de todo o Brasil, levando a bandeira das extrativistas. Foi um momento de emoção e poder coletivo, afirmando nossa luta por democracia, justiça, autonomia e igualdade.



- II Chamado da Floresta (2012) – Participei dos debates sobre políticas públicas, direitos territoriais e desenvolvimento sustentável, reafirmando o protagonismo das comunidades da floresta na formulação de soluções para o país.
- Conferência “UNited for Climate Justice” (Nova York, 2019) – Compartilhei experiências das populações extrativistas em defesa da Amazônia, ao lado de li-

deranças globais, reafirmando que nossos saberes e modos de vida são fundamentais para enfrentar a crise climática.

- Congresso Internacional sobre Água (Hamburgo, 2025) – Levei a mensagem dos povos da Amazônia ao cenário internacional, destacando a urgência de garantir o acesso à água como direito vital e elemento central da justiça social e ambiental.
- Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais (2017) – Participei dos debates sobre territórios tradicionais e direitos humanos, fortalecendo a articulação entre povos da floresta e academia.
- 66ª Reunião da SBPC e I SBPC Extrativista (2014) – Atuei na defesa do reconhecimento do saber extrativista como conhecimento essencial à ciência, construindo pontes entre universidade e comunidades.

Esses e tantos outros espaços me mostraram que cada encontro é mais do que um evento: é a continuidade de uma luta histórica, é memória viva, é aliança entre gerações. Sempre que estive presente, não era apenas Edel falando — era a voz da floresta, ecoando em nome de todos aqueles que resistem e sonham.

Participei de diversos grandes eventos, congressos, exposições e feiras, sempre representando as populações extrativistas e atuando na articulação, organização e divulgação das pautas dessas comunidades. Entre os mais significativos, destaco:

III Chamado da Floresta e Congresso do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (2015) – contribuí para a organização do congresso e a formulação de estratégias de fortalecimento das comunidades extrativistas o Tema do III Chamado da floresta: A força da juventude na defesa da Floresta: Lema: Somos todos Floresta

Ao participar do *Chamado da Floresta*, reconheço a importância desse evento como um espaço estratégico para nós, extrativistas. Ele representa a construção coletiva de políticas públicas e a pactuação direta entre o povo e o governo.

Para mim, é um momento único em que estabelecemos um diálogo aberto, colocando no centro a pauta do extrativismo e fortalecendo a voz de quem vive e defende a floresta.

O que considero um grande diferencial do *Chamado da Floresta* é a forma como ele acontece: autoridades e convidados têm a oportunidade de estar conosco em nossos territórios, dialogando in loco, conhecendo de perto tanto as adversidades que enfrentamos quanto a beleza da nossa diversidade natural e cultural.

Essa aproximação torna visível nossa realidade e cria pontes entre comunidades tradicionais e governo, reforçando a luta coletiva pela preservação da floresta e pela valorização de quem nela vive.



Foto: Arquivo pessoal (Realização do III Chamado da Floresta)

Em 11 e 12 de agosto de 2015, participei da Marcha das Margaridas, um encontro histórico que reuniu mulheres de todo o Brasil para lutar por nossos direitos e fortalecer nossas vozes.

O tema da marcha, “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça,

autonomia, igualdade e liberdade”, expressa exatamente aquilo pelo qual nos mobilizamos: um futuro justo, sustentável e com oportunidades reais para todos nós.

Estar no Estádio Mané Garrincha, em Brasília, foi uma experiência emocionante e inspiradora, minha mãe participou das primeiras marchas das margaridas e agora me acompanhava sendo uma das organizadoras representando o CNS junto com a FETAGRE E CONTAG, ali, senti a força da união das mulheres, a determinação de cada companheira e a importância de nossa luta coletiva.

Caminhar ao lado de tantas mulheres corajosas me fez perceber que cada passo é parte de uma história maior, que atravessa gerações e fortalece nossa presença na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Eu participei, eu marchei, eu gritei por democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, e sei que cada Margarida que ali esteve contribuiu para transformar a história de nosso país.

II Chamado da Floresta (2012) – participei do congresso, contribuindo para debates sobre políticas públicas, direitos territoriais e desenvolvimento sustentável para as populações extrativistas.



Fotos: Arquivo pessoal (Registros do II Chamado da floresta)

Também estive presente no primeiro chamado, onde estava no apoio e registro de ata do evento, o evento contou com a

presença da ministra Isabela Teixeira um fato histórico para os povos da floresta, ter uma ministra de estado dentro da floresta conhecendo a realidade.

Em todos esses eventos, meu foco foi fortalecer o protagonismo das comunidades extrativistas, promover seus direitos e articular políticas públicas inclusivas, reforçando a visibilidade e a importância dessas populações na construção de um desenvolvimento sustentável.

Ao longo da minha trajetória, produzi artigos completos publicados em periódicos e textos em jornais e revistas, abordando questões relacionadas às populações extrativistas, comunidades tradicionais e a defesa da Amazônia. Entre os destaques:

ARTIGOS EM PERIÓDICOS:

- Chico Mendes Lives: Amazon women in defense of life (2021), publicado na *Ambiente & Sociedade*, em coautoria com Ângela Mendes, Claudelice Santos e Sônia Guajajara, abordando a atuação de mulheres amazônicas na defesa da vida e dos territórios.



Fotos: arquivo pessoal (Registro ao lado de grandes companheiras de luta)

TEXTOS EM REVISTAS E JORNAIS:

- Greenwashing with Bolsonaro: Heineken and Carrefour privatize the Amazon (The Bullet, Canadá, 28 maio 2021).
- Greenwashing mit Bolsonaro: Heineken und Carrefour privatisieren das Amazonasgebiet (Labournet Germany, 05 maio 2021).
- Adoptiere einen Park! Bolsonaro gibt Schutzgebiete zur Nutzung durch Unternehmen frei (ILA, Bonn, 02 nov. 2021).

Essas publicações refletem meu compromisso com a defesa das populações extrativistas, a proteção ambiental e a promoção de justiça social, contribuindo para visibilizar os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais e a importância de políticas públicas inclusivas.

Durante meu mestrado em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Territórios Tradicionais na Universidade de Brasília (UnB), dediquei minha pesquisa à gestão da Reserva Extrativista Terra Grande – Pracuúba, localizada no Pará.

Escolhi esse tema por meu vínculo e atuação com os movimentos sociais que represento, buscando compreender como os saberes locais das comunidades extrativistas podem ser reconhecidos e incorporados na gestão das unidades de conservação.

Minha dissertação teve como objetivo demonstrar que o fortalecimento da participação comunitária e o respeito aos saberes tradicionais são fundamentais para uma gestão mais sustentável e inclusiva.

A pesquisa me permitiu articular experiências práticas das comunidades com conceitos acadêmicos, contribuindo para a promoção de políticas públicas que valorizem a autonomia, os direitos e o protagonismo das populações extrativistas.

Este período foi também um momento muito marcante em minha vida pessoal: meus pais puderam testemunhar a formação da primeira filha como mestre, rompendo simbolicamente um ciclo de negação de direitos.

Apesar de terem tido pouco acesso à educação formal, meus pais sempre nos incentivaram a buscar conhecimento e a lutar por justiça, transmitindo valores que nortearam minha trajetória acadêmica e social.

A RETOMADA DA ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA



Retomada da Aliança dos Povos da Floresta

Esta imagem vale mais que mil palavras. Ela registra um momento histórico único: o encontro de três gerações de liderança e luta em defesa dos povos indígenas e das comunidades extrativistas do Brasil.

Estão presentes figuras ilustres que marcaram e marcam nossa história: nosso saudoso Pedro Ramos, liderança histórica do CNS, que dedicou sua vida à luta coletiva; Angela Mendes, filha e herdeira do legado de coragem e resistência de Chico Mendes; e Sonia Guajajara, que, em um futuro breve, se tornaria a primeira mulher Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, simbolizando a força e a representatividade de nossas comunidades.

Ao lado deles, vemos também todos os demais companheiros e companheiras da luta histórica: Dione Torquato e Manoel Cunha, dirigentes que, junto comigo e com Joaquim Belo, conduziram a gestão naquele período com compromisso, coragem e dedicação.

Essa imagem é mais que um registro: é uma homenagem à memória, à continuidade e à força da luta coletiva de nossos povos. Ela nos lembra que nossa história é feita de solidariedade, coragem e compromisso com a justiça, e que cada geração constrói o caminho para a próxima.

Cheguei a Brasília em agosto de 2016 com o coração apertado de expectativa e esperança. Ao atravessar aqueles corredores, senti que não estava apenas indo a uma reunião — estava entrando na história de nossos povos. Encontrar líderes indígenas e extrativistas de todos os cantos do Brasil foi como reconhecer irmãos e irmãs que carregam as mesmas dores e os mesmos sonhos.

Nos três dias seguintes, cada encontro foi intenso. O cheiro de café misturado à madeira das salas, o som das vozes debatendo, cantando, planejando, e o olhar firme de cada participante mostravam que ali se construía algo maior que nós mesmos. Senti na pele a urgência de nossa luta: terras ameaçadas, rios poluídos, florestas queimando, modos de vida sendo destruídos. Mas senti também a força de estarmos unidos.

Particpei da elaboração da carta que unificava nossas vozes. Cada palavra escrita era um compromisso com nossas comunidades, uma denúncia contra a grilagem, a exploração predatória e a violência que insiste em nos atingir. Era como se cada letra carregasse a memória de Chico Mendes e de todos que nos precederam, lembrando que nossas vidas e nossas florestas valem muito.

A emoção me tomou quando percebi que estávamos resgatando a Aliança dos Povos da Floresta. Não éramos apenas líderes e representantes; éramos guardiões de um legado que atravessa décadas, que conecta seringueiros, extrativistas e indígenas em uma só luta. Eu sentia a história pulsando em cada abraço, em cada olhar, em cada gesto de solidariedade.

Saí de Brasília com o peito cheio de esperança e responsabilidade. Eu participei, lutei, ouvi e aprendi. A aliança que retomamos naquele encontro é mais que uma estratégia de luta: é a afirmação de que, unidos, podemos proteger a vida, a floresta e os modos de viver que nos definem. A história nos observa, e sei que nós escrevemos um capítulo que vai ecoar por muitas gerações.



Carta de Brasília pela unificação das lutas em defesa dos direitos dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais Extrativistas

Reunidos em Brasília entre os dias 08 e 10 de agosto de 2016, Coordenadores e Coordenadoras do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, deliberaram sobre a construção de uma nova estratégia de articulação política voltada para o fortalecimento das suas lutas em defesa dos direitos dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais Extrativistas dos diferentes biomas brasileiros.

A APIB e o CNS entendem que o contexto político atual é alicerçado por uma gestão voltada a retrocessos, ataques e violação de direitos garantidos. Para o enfrentamento desse contexto que ameaça e causa mazelas à vida dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais Extrativistas, requer uma atuação conjunta, efetiva, estratégica e permanente dos Movimentos Sociais organizados.

Entre as pautas comuns, a luta pela garantia, reconhecimento, proteção e ampliação dos territórios tradicionalmente ocupados por meio de um processo de regularização fundiária exercido pelo Poder Executivo do Estado Brasileiro, a ampliação e a implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas voltadas a atender o conjunto destas populações, são algumas das prioridades dessa aliança.

Ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de um amplo diálogo entre Extrativistas e Povos Indígenas sobre a gestão territorial e ambiental das áreas tradicionalmente ocupadas e ou acessadas, respeitando as suas diferentes formas de organização e modos de vida.

A realização de mobilizações nacionais, o enfrentamento de todas as formas de violência e da criminalização de lideranças, a defesa dos direitos humanos, a formação e a qualificação de lideranças, o enfrentamento aos empreendimentos que impactam os Povos Indígenas e as Populações Tradicionais Extrativistas e seus territórios, a construção e a implementação de alternativas de sustentabilidade, e o desenvolvimento de processos de comunicação estratégicos conjuntos apontam-se como um caminho de interesse convergente.

Diante desses desafios se faz necessário fortalecer a articulação local, regional, nacional e internacional entre a APIB, o CNS, e as suas organizações de base, a partir de uma agenda comum de luta pelos direitos e a construção de planejamento estratégico de atuação conjunta.

PELA DEFESA DA VIDA DOS NOSSOS POVOS E DOS NOSSOS TERRITÓRIOS!!!

Brasília, 10 de Agosto de 2016

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

DO LOCAL PARA O MUNDO



Participei em Hamburgo na Alemanha em 2015 do Congresso Internacional sobre água, abaixo um resumo da minha fala em defesa dos povos extrativistas da Amazônia.

“A Amazônia Brasileira concentra o maior volume de água doce do mundo, abriga povos e comunidades tradicionais e possui uma das maiores biodiversidades do país. As populações extrativistas, guardiãs dessa biodiversidade, vivem em territórios de áreas protegidas, como reservas extrativistas, de desenvolvimento sustentável e florestas nacionais. A preservação da água está diretamente ligada ao equilíbrio climático e à oferta de água no restante do Brasil”.

No entanto, muitos povos amazônicos vivem na invisibilidade e sem acesso a bens e serviços básicos, como água potável, apesar de estarem em regiões ricas em recursos hídricos. Isso se deve a fatores como áreas inundáveis impróprias para consumo humano, falta de saneamento em áreas urbanas ribeirinhas e poluição dos rios e nascentes.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) atua na defesa dos interesses dessas comunidades e propõe, junto ao Governo Federal, a implantação de tecnologias sociais para sistemas de acesso à água pluvial multiuso, visando garantir qualidade de vida e sustentabilidade.

Os desafios incluem legislação inadequada, altos custos, longas distâncias, dependência do clima e falta de mão de obra qualificada. Garantir o acesso à água como direito vital é essencial para preservar vidas, apoiar quem protege a floresta e seus recursos, e promover dignidade e sustentabilidade para essas populações.

A construção da Plataforma de Povos e Comunidades Tradicionais representa um marco histórico na luta pelos direitos desses povos no cenário internacional. Este processo foi fruto de um longo caminho de articulações, debates e resistência, envolvendo diversas lideranças e organizações

comprometidas com a defesa dos modos de vida tradicionais e a proteção dos territórios.

O registro abaixo simboliza esse momento de conquista coletiva, capturando a criação oficial da plataforma como espaço legítimo de representação e fortalecimento político. Estive presente nesse momento, representando o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), reafirmando o compromisso com a visibilidade e a valorização das vozes dos povos e comunidades tradicionais em instâncias globais de decisão.



Fotos. Arquivo pessoal, luta internacional que começou com Chico Mendes, Marina Silva; Julio Barbosa, Atanagildo Matos e nossa saudosa Dona Raimunda, quebradeira de coco babaçu, entre tantos outros.



Fotos: Arquivo Pessoal (parceiros da RCA)



Foto: Arquivo Pessoal (Registro com Hindou Oumarou Ibrahim – Chad and Chair of International Indigenous Peoples Forum on Climate Change, Anália Tuxá e Almerida do Alto Rio Negro)

Em setembro de 2019, tive a oportunidade de participar da conferência “UNited for Climate Justice”, organizada pela Foundation for European Progressive Studies (FEPS) em Nova York, como vice-presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Durante o evento, compartilhei experiências das comunidades extrativistas e tradicionais, destacando a importância de respeitar e integrar os saberes locais nas políticas públicas de proteção ambiental.



Resumo de minha fala em Nova York – 2019 - Foto: Arquivo Pessoal

O cenário mundial mostra que a nossa casa comum, a Mãe Terra, está em perigo. A Amazônia Brasileira, lar dos povos e comunidades tradicionais, sofre com altos índices de desmatamento e queimadas, resultado do enfraquecimento das políticas de conservação e da promoção desenfreada do agronegócio e mineração.

Cada árvore, rio e ecossistema perdido representa a destruição da biodiversidade, de saberes ancestrais e de serviços ambientais essenciais para toda a humanidade.

Como guardiões dos ecossistemas, nós, povos indígenas e comunidades tradicionais, resistimos e lutamos pelo

direito de viver e de manter a natureza viva. A Terra não é apenas fonte de recursos, mas um sistema vivo com o qual temos relações ancestrais, espirituais e culturais. Devemos reconectar-nos com essa essência, perceber os alertas da natureza e entender que não somos o problema, mas parte da solução.

A luta pela Mãe Terra é urgente: é uma luta por justiça climática, socioambiental e pela preservação da vida. É responsabilidade de todos denunciar crimes contra a Amazônia e seus povos, proteger os ecossistemas e garantir que a natureza continue a sustentar a vida no planeta. Como diz um poeta da minha região, o que se corta em segundos leva tempo para se regenerar; cada rio, cada árvore e cada fruto têm valor e função para todos nós_ resumo do discurso em plenária- semana do CI de

Participei de painéis, incluindo o “Reconnecting, Respecting and Protecting Nature and Its Ecosystems”, onde discuti a necessidade de reconectar, respeitar e proteger a natureza e seus ecossistemas, ressaltando que a participação das comunidades é essencial para a justiça climática. Também estive presente na Marcha Climática de Nova York, ao lado de ativistas globais como Greta Thunberg, reafirmando meu compromisso com a ação climática e a defesa dos direitos das populações tradicionais.

Essa experiência foi extremamente significativa, pois me permitiu fortalecer a voz das comunidades extrativistas na arena internacional e mostrar que seus saberes e práticas são fundamentais para enfrentar os desafios ambientais globais.

ENCONTRO DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE EXTRATIVISTA EM SAÚDE

16 DE MARÇO DE 2016

MANIFESTO DA SBPC EXTRATIVISTA

A interação entre o saber extrativista e a academia para o progresso da ciência!

Os movimentos sociais e segmentos interessados na causa extrativista saúdam a realização da 66^a. Reunião Anual da SBPC na Universidade Federal do Acre e celebram a realização da I SBPC Extrativista.

A realização deste evento é um marco no reconhecimento acadêmico da importância do extrativismo como manifestação do conhecimento secular que deve embasar a construção de novos conhecimentos e inovações que permitam a conservação da biodiversidade e a manutenção do modo de vida das populações tradicionais.

É preciso destacar a exclusão científica do segmento que continua marginalizado e colocado em segundo plano nos investimentos governamentais, principalmente os relacionados à ciência e tecnologia.

Uma das consequências desta opção é a perda da geração de riqueza de produtos da sociobiodiversidade, potencial este que oferece maior diversidade produtiva do que os investimentos públicos atuais. Cabe destacar que a violência contra as populações tradicionais é outra consequência desta opção política que gera a invisibilidade do setor extrativista.

Faz-se necessário que os espaços acadêmicos quebrem seus muros, abrindo as portas para que os saberes sociais dialoguem com a construção do conhecimento científico, integrando estes saberes de forma que a produção da ciência seja um ato democrático, inclusivo e de fortalecimento da identidade do povo brasileiro.

Considerando o exposto propõem-se:

- Que a SBPC Extrativista seja incorporada na agenda da SBPC oficial;

- Que a participação das populações extrativistas e suas representações seja ampliada e garantida na SBPC;
- Que a SBPC se constitua como um espaço crescente para a identificação das demandas de ciência e tecnologia para o extrativismo;
- Que a SBPC seja um espaço para avaliação e monitoramento dos investimentos em ciência e tecnologia voltados para o extrativismo;
- Que sejam ampliados os espaços de formação de profissionais para atuar com as pautas extrativistas;
- Que seja estimulada a revisão de currículos nas universidades, de modo a inserir o extrativismo nas pautas de ensino, pesquisa e extensão.

Reconhecer e construir conhecimentos com os povos tradicionais, é reconhecer-se como nação e legitimar estas populações como guardiões da sociobiodiversidade. Que a SBPC Extrativista inaugure uma nova era que reconheça que a educação sem identidade acaba com a identidade de um povo.

Rio Branco-Acre, 26 de julho de 2014

Por fim, registro aqui um fato para a história escrita saber.

Essas memórias que aqui registro não dão conta de toda a trajetória vivida por mim representando o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Cada passo foi marcado por aprendizados, desafios e, acima de tudo, um compromisso profundo com a luta coletiva.

Quero deixar claro que não participei do Congresso do CNS em 2019. Naquele momento, eu estava fora do Brasil, estudando inglês e acompanhando meu companheiro em um processo importante para nossas vidas. Apesar da

distância física, nunca deixei a luta — não renunciei nem me afastei da causa.

Lembro bem do momento em que estavam prestes a emitir minha passagem. Recebi uma ligação e me apresentaram uma escolha: ou seguiriam com a compra da minha passagem ou usariam aquele recurso para apoiar um companheiro de Arioca e Proana que havia sofrido um grave acidente. Nem hesitei. Sem questionamentos, concordei que o valor fosse destinado a apoiar esse irmão de caminhada. Aquele gesto também abriu caminho para algo simbólico e importante: minha irmã pôde estar apta a se candidatar à diretoria naquele ano. E, com isso, sinto que o bastão foi passado, por escolha do coletivo, com afeto, consciência e confiança, para a próxima geração.

Minha luta, no entanto, continua. Meu vínculo com o CNS é de causa, não de ocasião. Sigo firme, porque acredito profundamente na força da nossa organização e no poder da nossa união.

Seguimos até que todas as mulheres sejam livres. E deixo aqui um desejo forte e sincero: que, em breve, possamos ver a primeira mulher Presidenta do CNS. A esperança sempre nos move.

Aqui estou. Presente. Aliada. Pertencente. Porque o CNS é, e sempre será, parte de quem sou.





Entrevistando Raimundo Mendes na Resex Chico Mendes - Foto: Fátima Cristina

FÁTIMA CRISTINA DA SILVA

Sou Cristina, doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra. Minha pesquisa tem como título *Pedagogia da Floresta*, e nasce da escuta profunda das mulheres extrativistas da Amazônia brasileira. Mulheres que carregam saberes, curam com raízes, alimentam com sementes e protegem seus territórios com corpo e com água.

Nas caminhadas pelos rios e varadouros, o que mais ouvi delas não foi sobre a falta de recursos, mas sobre a falta de acesso. De que adianta criar leis e programas, se essas mulheres seguem sem uma delegacia da mulher, sem um posto de saúde, sem atendimento digno, sem uma rede de apoio que respeite suas vozes?

A floresta fala por elas, e a nossa luta é para que a política pública as alcance com cuidado, justiça e a certeza de que a Amazônia só estará em pé se suas mulheres estiverem em pé também.

Essas mulheres estão prontas para o diálogo. Participam do Grupo da Terra, de conselhos, fóruns e articulações locais e nacionais, sempre representando seus territórios com firmeza e esperança. Elas não pedem favor, pedem presença, escuta e compromisso com a vida.

Minha história também se entrelaça com a luta do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS. Tive a honra de contribuir como assessora de Dona Raimunda dos Cocos, na criação da Secretaria Nacional das Mulheres Extrativistas do CNS, ajudando a estruturar ações para fortalecer a participação das mulheres nas bases e nos espaços políticos estratégicos.

Juntas, coordenamos o Projeto *Bagagem Mulheres da Floresta*, uma experiência transformadora que fortaleceu lideranças femininas, ampliou sua participação e visibilidade política, e consolidou o protagonismo das mulheres na construção de políticas públicas e na defesa de seus territórios.

Hoje, sigo estudando aspectos relevantes ao CNS, propondo e construindo uma pesquisa militante que denomino *Pedagogia da Floresta*. Esta pedagogia nasce das práticas territoriais, dos saberes coletivos e da luta histórica

dos povos extrativistas da Amazônia. Inspira-se em práticas ancestrais, epistemologias insurgentes e modos de vida sustentáveis cultivados por povos da floresta e das águas.

Em diálogo com a Ecologia de Saberes e a Epistemologia Ambiental, reconhecemos a floresta como sujeito político e a educação como prática de liberdade e reconexão. A partir de experiências como o CNS, a Aliança dos Povos da Floresta e as lutas de mulheres, juventudes e anciãos, a Pedagogia da Floresta articula saberes tradicionais, ciência situada e justiça climática.

Apresento-a, portanto, como expressão viva de uma intelectualidade orgânica coletiva, que resiste ao colapso civilizatório e aponta caminhos plurais de coabitação, cuidado e futuro comum.

Este é o legado que as mulheres extrativistas nos entregam nestes 40 anos do CNS: uma pedagogia insurgente, feita de corpo, voz e floresta, que educa para a resistência e para a esperança.

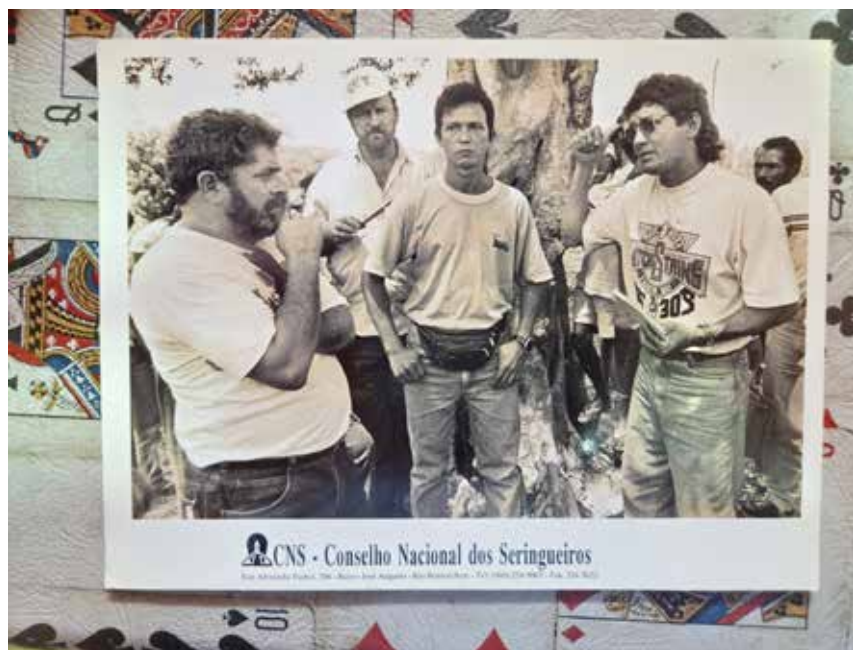




*Júlio Barbosa lendo carta durante o Primeiro Encontro dos Povos da Floresta -
Foto: João Roberto Ripper*

CAPÍTULO III

O CNS PELAS VOZES DA FLORESTA



Registro da visita no Seringal Cachoeira, Terra de Chico Mendes - na foto, Duda (presidente da Cooperativa CAEX), Atanagildo Matos (Presidente do CNS), Lula- (Liderança do PT) e Avelino. Foto: Acervo CNS

O TERRITÓRIO QUE CONSQUISTAMOS

Atanagildo de Deus Matos - Gatão do CNS

Eu vivi, junto com tantos companheiros e companheiras, o processo de resistência que os seringueiros iniciaram nos anos 1970. Foi a nossa resposta à política de desmatamento incentivada pelo governo militar, que com seu slogan de “terra sem homens para homens sem-terra” autorizava e estimulava a derrubada da nossa floresta e destruição da nossa casa, a Amazônia. Sob essa ordem, a floresta foi tratada como obstáculo, e com ela toda a nossa forma de vida foi colocada em risco.

Vi com meus próprios olhos a chegada de milhares de pessoas atraídas pela abertura de estradas como a Transamazônica, a Cuiabá–Santarém, a Cuiabá–Acre. Vieram principalmente do Sul e do Sudeste do país, carregando a ideia de que a floresta precisava ser destruída para dar lugar à pecuária ou à agricultura. O que para eles era progresso, para nós significava a morte da floresta e do nosso modo de vida.

Nós, populações tradicionais extrativistas, que sobrevivíamos da coleta de látex e gomas da seringa, da balata, da sorva, da maçaranduba, da castanha-do-pará, do açaí, de óleos, sementes e raízes, sabíamos que a destruição da floresta era também a destruição das nossas famílias, da nossa cultura e do nosso futuro. Foi nesse momento que nos levantamos. A palavra de ordem era clara: empatar a derrubada da floresta. Resistir era a única maneira de seguir vivendo.

O governo da época insistia em impor um modelo de colonização, dividindo a terra em quadriculados, como se fosse um tabuleiro de damas. Esse sistema era completamente incompatível com a vida na Amazônia, porque nós sempre dependemos do uso coletivo da floresta. Eles não entendiam que a nossa sobrevivência estava ligada à partilha, ao território comum, à biodiversidade que nos alimenta e sustenta.

Dessa resistência nasceu um novo modelo de ordenamento fundiário, fruto da nossa luta coletiva: os Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs) e as Reservas Extrativistas (Resex). Essas conquistas, alcançadas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, não caíram do céu. Foram resultado de muito enfrentamento, de vidas entregues, de sangue derramado.

Garantimos a segurança jurídica desses territórios com o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CC-DRU), firmado entre o Estado e as associações de moradores que nos representam coletivamente. Foi uma verdadeira revolução: pela primeira vez, o Estado reconhecia que a terra poderia ser coletiva, que a floresta não precisava ser destruída para gerar desenvolvimento.

Nossos territórios, PAEs e Resex, nasceram para:

- a) Melhorar a renda das famílias extrativistas;
- b) Qualificar nossa produção e agregar valor ao que tiramos da floresta;
- c) Trazer novos conhecimentos e abrir mercados;
- d) Nos garantir acesso a políticas públicas e crédito diferenciado;
- f) Fortalecer a organização comunitária e a gestão coletiva;
- g) Produzir com base no desenvolvimento sustentável, mantendo a floresta viva.

O desafio, no entanto, continua sendo convencer o Estado brasileiro da importância desse modelo. Num país onde o direito à propriedade privada é visto como sagrado, ainda enfrentamos preconceitos e resistência. Mas nós seguimos firmes.

Eu posso dizer com convicção: os territórios coletivos – como PAEs e Resex – são mais do que uma conquista fundiária. Eles são a prova viva de que é possível fazer justiça social, ambiental e cultural na Amazônia. Representam a vitória da nossa luta e garantem o presente e o futuro da floresta e do nosso povo.

Essa é a história que eu ajudei a construir, junto com tantos e tantas. E afirmo: A morte da floresta é o fim da nossa vida. O território que conquistamos é o legado que deixaremos para as próximas gerações, e eu, cidadão do infinito tenho a honra de também ter ajudado a construir o nosso legado (...) o legado dos povos da floresta para o mundo.

O CNS NO AMAPÁ: ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM DEFESA DOS POVOS DA FLORESTA

Joaquim Belo²

Então, vamos iniciar colocando nossa atenção no processo. Isso talvez seja o aspecto mais interessante: o processo. Toda uma luta, todo um movimento popular foi me aproximando daquilo que veio a se tornar o CNS.

Um processo que partiu da ideia do uso coletivo da terra na Amazônia, uma luta coletiva que se contrapunha à ideia do uso privado da terra, do latifúndio, que se contrapunha à ideia de mercantilização da terra, porque a terra não é mercadoria para ser privatizada. Então, o CNS, enquanto instituição, enquanto entidade, figura como uma ferramenta, um instrumento para esta luta coletiva.

Venho de uma cultura e de um lugar onde o coletivo é da nossa tradição, o coletivo sempre existiu. Talvez seja uma herança dos indígenas que habitam a Amazônia há alguns milhares de anos.

Coletivos que funcionaram à sua maneira, diferentes formas de organização popular que sempre existiram. Meu pai nasce e cresce nessa tradição, nessa cultura organizativa livre, e participou inclusive das organizações institucionalizadas. Meu pai, Tomé Belo, atuou nas organizações de base aqui no Amapá: a Central Única dos Trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as Escolas Família. Era um período muito difícil, em 1981 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já defendia a educação porque quase a totalidade dos trabalhadores era analfabeta.

O Sindicato já carregava consigo essa compreensão de uma realidade a ser mudada radicalmente, o Sindicato já carregava esse desejo de uma escola para os filhos dos agricultores e agricultoras, dos pescadores e pescadoras,

2 Nascido em 19 de julho, Joaquim é natural de um Projeto de Assentamento Extrativista, no Município de Mazagão, estado do Amapá. Formado na Escola-Família Agrícola de Olivânia Anchieta, Espírito Santo, nos anos de 1989 a 1992, Joaquim sempre esteve em lugares onde a luta do Movimento Social em defesa dos extrativistas e dos povos da floresta se fez necessária. Três vezes presidente do CNS, Secretário do CNS no Amapá dentre outras atividades.

estava na pauta de lutas do Sindicato. Meu pai fez parte disso e me contagiou.

Em 1984 os sindicatos aqui no Amapá descobriram as Escolas Família no Espírito Santo³, uma escola diferente que as lideranças sindicais e populares daquela época passaram a visitar. Partiram do Amapá ao Espírito Santo nos anos oitenta algumas delegações dando origem a uma parceria onde jovens amapaenses passaram a estudar nas Escolas Família no Espírito Santo.

Lá, aprendemos a trabalhar na terra, a usar a terra para produção de alimentos numa lógica mais voltada para a agricultura. Uma primeira contradição ia nos aparecendo entre o uso da terra rural no sudeste brasileiro e o que conhecíamos no Amapá e na Amazônia.

No Espírito Santo não percebíamos o nomadismo que é muito próprio da Amazônia. Os castanheiros e os seringueiros, por exemplo, andam na floresta, circulam, transitam, não ficam parados em um lugar.

Eles vão para os castanhais, ficam ali um período de safra, mas retornam para as suas casas, para suas roças, assim como os seringueiros que transitam pelos seringais. Estabelecer fronteiras rígidas, fixar esses homens e mulheres em um espaço de terra restrito significa um ataque ao seu modo de vida, significa negação de suas tradições. Delimitar um pedaço de terra, cercar a terra é delimitar a vida, é cercar a vida e o pensamento.

Todo ano alguns jovens amapaenses ingressavam na Escola Família lá no Espírito Santo com dois objetivos: primeiro para ter jovens alfabetizados para ajudar na organização dos trabalhadores aqui. Ter gente que soubesse fazer um ofício, uma ata de reunião, uma declaração de participação, coisas simples que exigiam um domínio da leitura e da escrita algo praticamente inexistente nos interiores do Amapá naquela época. E lutar por uma escola comunitária no Amapá.

Foi nesse contexto que eu fui, em 1987, ainda bem jovem, estudar no Espírito Santo apoiado pelo Sindicato dos

3 Principalmente a Escola Família de Olivânia.

Trabalhadores Rurais. No retorno ao Amapá, passei a trabalhar voluntariamente fazendo laudos técnicos nas roças de agricultores costumeiramente invadidas pelo gado, pelo porco dos donos das fazendas ao redor.

A primeira pessoa do Amapá que compreendeu a terra nessa dimensão de uma outra relação com a natureza foi o Pedro Ramos⁴. Um grande mestre, Pedro Ramos me convidou a fazer parte do CNS no Amapá que, em parceria com WWF⁵, apoiava a organização dos Extrativistas no assentamento Maracá⁶ e Reserva Cajari⁷.

Com apoio do Pedro Ramos eu comecei a entender o que é a luta dos trabalhadores. Então vou me enveredando no trabalho do CNS com o Pedro Ramos e claro com as ideias de Chico Mendes⁸. Compreender a luta pelo “uso coletivo da terra” nos dois modelos aqui existentes: a Reserva Extrativista do rio Cajari-Resex, e o projeto de Assentamento extrativista Maracá I II e III. São dois modelos de destinação da terra, uma na categoria de unidade de conservação e a outra na política de reforma agrária. Minha capacidade de compreensão naquela época me levou à seguinte elaboração: o uso coletivo da terra para uma população enquanto reserva extrativista definia uma identidade ao povo.

A genialidade do Chico Mendes de mais lideres, foi perceber que não éramos todos agricultores na imensa

4 Pedro Ramos de Souza. Ver Mano Pedro: socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia. Disponível em no site do Senado Federal <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/594157>>

5 Fundo Mundial para a Natureza.

6 Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Maracá I II E III.

7 Reserva Extrativista do rio Cajari, criada no decreto 99.145 de 12/março/1990.

8 Francisco Alves Mendes Filho foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro, conhecido mundialmente por sua luta em defesa da Amazônia e dos direitos dos povos da floresta. Nascido em 1944 em Xapuri, no Acre, filho de migrantes nordestinos, desde os nove anos de idade acompanhou o pai na atividade extrativista do látex. Chico Mendes dedicou sua vida à preservação da Floresta Amazônica e à melhoria das condições de vida dos seringueiros. Ele foi um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros e promoveu a criação das Reservas Extrativistas, áreas protegidas onde as comunidades locais podem viver e trabalhar de forma sustentável. Sua luta, com apoio de muitos companheiros e migrantes nordestinos recrutados como “soldados da borracha”, chamou a atenção internacional para a destruição da Amazônia, mas também o colocou sob ameaças. Em 1988, Chico Mendes foi assassinado. Em reconhecimento à sua luta pacífica em defesa da vida na floresta e da própria Amazônia, o Brasil incluiu Chico Mendes da Lista de heróis da Pátria Brasileira e Patrono do Meio Ambiente Brasileiro

Amazônia. A luta constrói povos e modelos de destinação da terra de forma coletiva. Uma contradição me habitava: o Chico Mendes e os companheiros criaram o Sindicato de Brasília⁹, o Sindicato de Xapuri¹⁰, me lembro perfeitamente do Lula aqui no Amapá e aqui na minha comunidade para criar o Sindicato... Se existia os sindicatos, se o Chico era um sindicalista, por que não fez essa luta por meio dos sindicatos dos trabalhadores rurais?

Com o tempo fui me dando conta de que os sindicatos dos trabalhadores rurais carregam a influência da migração de trabalhadores e trabalhadoras europeus para o Sul do Brasil, essa característica não combinava muito bem com o que o Chico defendia aqui na Amazônia. Na minha compreensão, os sindicatos fazem uma luta coletiva pela terra mas na hora da destinação da terra cada agricultor fica com seu lote.

Tal modelo não é muito adequado para os extrativistas da seringa e da castanha visto que muitos nem moram nos seringais ou nos castanhais, mas figuram como povos nômades circulando, vivem em trânsito, habitam temporariamente essas áreas. O Chico e as lideranças foram muito inteligentes ao entender a terra como o bem maior que produz a riqueza, algo que as elites econômicas e políticas querem esse privilégio, querem o latifúndio.

Qualquer que seja a luta pela terra, a tendência é dessa terra voltar para a mão das elites: você dá um título de terra e, mais cedo ou mais tarde a tendência é dessa terra voltar para o latifundiário seja por pressão do dinheiro, seja pelas péssimas condições de moradia e trabalho na terra para torná-la produtiva.

Já no modelo de posse coletiva, o povo pode resistir um pouco mais a essa pressão pois o título não é definitivo, a pessoa é concessionária. Nesse modelo se precifica o pe-

9 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília/Acre (STR). Fundado em 1975, tem suas raízes na luta dos extrativistas pela defesa da terra, atuando na regularização fundiária e ambiental, além de garantir os direitos dos produtores rurais.

10 O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri/Acre foi um agente histórico na região, responsável por iniciativas de educação popular e saúde, e busca a criação de cooperativas e usinas de beneficiamento para os trabalhadores.

daço da terra e precifica também a cultura de um povo, seu modo de vida, na organização deste povo.

Dar preço nisso tudo é muito mais desafiador e difícil para o grande capital. Assim eu fui entendendo a lógica do pensamento e da luta daquela geração que tinha no Chico Mendes uma figura de grande capacidade de muita visibilidade.

O CNS E A FORÇA COLETIVA

O CNS surge como mais um instrumento na luta contra a propriedade privada da terra e toda forma de exploração do povo, toda forma de espoliação que posse privada da terra gera. Contra a privatização da terra, contra a privatização dos modos de vida, contra a privatização do pensamento, contra a privatização da floresta, da natureza, contra toda essa ideologia que o capitalismo gera, o que não deixa de ser uma forma de colonização da vida e do pensamento

Como já dissemos, a organização popular sempre existiu. As pessoas desde sempre realizavam seus mutirões, suas festas, seus cuidados coletivos, suas tradições, suas celebrações, sempre à sua maneira. De algum ponto de vista isso pode ser interpretado como desorganização, como sem planejamento e tal, mas o fato é que essas ações comunitárias aconteciam e funcionavam com suas lógicas, com suas lideranças, com suas características.

Depende dos óculos que você usa, mas aqui preferimos dizer que o CNS pode ser compreendido como uma atualização da organização comunitária tradicional. Não podemos cair na cilada de considerar as tradições como algo menor.

As tradições estão sempre sob o ataque do poder hegemônico, sob ataque dos interesses do capital. Consideramos o CNS como uma parte de nossa tradição comunitária aqui na Amazônia visto resistir também às grades de veredição hegemônicas.

Olhando pelo viés da legislação, os quilombolas estão protegidos por legislação própria, os indígenas estão

protegidos por uma legislação específica, na legislação os extrativistas são os outros, O que garante a terra para o extrativista é a hereditariedade. A identidade do povo extrativista se consolida no território criado pela legislação.

A reserva extrativista, os Assentamentos extrativistas e outros similares, garantem a terra para o povo extrativista, e em 2007 contamos com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Para o Chico Mendes, isso só avançaria coletivamente. Sempre coletivamente, daí o desafio de construir grandes alianças inclusive com o Estado. Alianças estratégicas também com o Estado e os governos, sem se submeter, enfrentando-os, disputando-os.

Eles estão em disputa, é preciso disputá-los mesmo sabendo que a lógica privada e o capital são muito poderosas também. Porque o Estado pode ser nosso adversário, mas também pode ser um aliado na luta popular.

Era necessário construir uma entidade com identidade própria que pudesse somar as forças na luta pela destinação da terra considerando as especificidades próprias da Amazônia, uma entidade com um perfil específico de modo a defender a identidade de um segmento do povo e defender um modelo próprio de uso da terra.

Aí nasce o Conselho Nacional dos Seringueiros¹¹ em 17 de outubro 1985. Os extrativistas muito provavelmente foram os únicos que tiveram a coragem de se colocar dentro da floresta, debaixo das árvores para não deixar essa floresta ser destruída, se colocar dentro da floresta para essa floresta não ser derrubada, os famosos ‘empates’.

Os primeiros empates tiveram origem na defesa dos territórios, considerando território aqui como riqueza natural, como modo de vida, de identidade e de cultura. Esses empates originais foram cruciais da origem de toda essa luta, e hoje nós continuamos travando aqui os nossos ‘empates’ nas mais diversas dimensões da necessidade das comunidades.

11

Em 2007 mudou para Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Esse é um ponto muito importante nessa trajetória, uma trajetória que construiu uma identidade e um modelo de reforma agrária a ponto de ocupar cerca de 13% de toda Amazônia. Uma conquista extraordinária e devemos cuidar, zelar por ela, nos preocupar com ela inclusive nesse momento de mudanças climáticas pois tais territórios são essenciais para combater as mudanças climáticas uma vez que os extrativistas trabalham com a floresta em pé e com vida. A grande ameaça para um extrativista de verdade é a perda da biodiversidade, a perda da sua riqueza. Na minha compreensão, o CNS fez essa luta e continua fazendo essa luta.

Nessas três décadas que venho compreendendo o CNS e a luta dos extrativistas aqui na floresta e, ao mesmo tempo, fez de mim o que eu sou hoje, claro que isso envolveu muita gente, muitas parcerias, é todo um *processo* que agora me permite pensar assim e dizer estas coisas aqui. Deste processo que estamos falando desde o início deste texto.

Quando eu cheguei no CNS ainda nos anos 1990, naquele momento nós percebíamos resistência de setores, resistências no movimento sindical e em algumas ONGs, ao modelo defendido pelo Chico e seu companheiros.

O Chico compreendia que o avanço é coletivo e para o avanço acontecer, as alianças devem ser construídas. Isso pode parecer simples dito assim, mas criar alianças é quase uma arte. Alianças dentro do Estado como já dissemos, alianças em sentido amplo. Nosso modelo de reforma agrária não era compreendido pelo Estado e também era atacado pelo ambientalismo.

A origem do ambientalismo nos EUA, na Europa, na África colonizava as pessoas, elas eram sumariamente retiradas da terra para execução de projetos de parques numa demonstração de ambiente sem gente, e esse ambientalismo também chegou aqui no Brasil.

Muitos ambientalistas entendiam que não seria possível fazer conservação da biodiversidade com as pessoas, as pessoas aqui na floresta também eram percebidas como

ameaça para a biodiversidade. Bom, eu concordo que tem muita gente que ameaça a biodiversidade, mas com certeza não são os povos indígenas e os extrativistas. O CNS cumpre um papel fundamental inclusive na construção de um ambientalismo brasileiro e uma reforma agrária na perspectiva do Brasil amazônico.

É a primeira vez na história que a reforma agrária e a conservação, do ambientalismo, na área do meio ambiente seja no Ministério do Meio Ambiente, IBAMA¹², CNPT¹³, ICMBio¹⁴ e na mesma lógica que levamos a reforma agrária dentro do MDA¹⁵ do Incra¹⁶ para os assentamentos uma vez que nosso povo estava nos Assentamentos ou nas Reservas mas seus modos de vida são praticamente idênticos. É um pouco esse o meu entendimento do CNS nesse processo.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

A conquista desses territórios na perspectiva que falamos aqui devem ser comemoradas. Quando criamos as primeiras reservas extrativistas quase 100% das pessoas não sabiam ler e escrever. Hoje isso inverteu e a grande maioria das pessoas já sabem ler e escrever, não mais do que isso. Então se faz necessário discutir o modelo de educação.

O modelo atual não é voltado para o fortalecimento dos territórios enxergando a riqueza dos territórios. O modelo atual de educação é voltado para inserção no mercado, para fortalecer os interesses do mercado, voltado para formar 'o consumidor'. Centenas de jovens graduados, mestres e até doutorandos cuja formação infelizmente não está orientada para uma outra economia, não é voltado para fortalecer os territórios. Claro que ajuda um pouco mas é preciso ir além do mercado e do consumo, é preciso se vincular aos territórios tanto com o corpo quanto com o pensamento. Nós

12 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

13 Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associação a Povos e Comunidades Tradicionais.

14 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

15 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

16 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

temos o nosso território, nós somos o nosso território, um território cujo destino depende de quem mora ali para sua gestão, para a sua governança, e a educação atual oferecida pelo estado não está voltada para isso. Veja que toda a tecnologia e toda ciência não foram construídas para esses territórios, veja por exemplo o código florestal que fala dos 80% das reservas que não podem ser desmatadas aqui e a tecnologia está voltada para os 20% desmatados.

Toda tecnologia deve ser voltada para o povo, mas ela é feita dentro dos laboratórios e das universidades e as tecnologias que o povo produz, nossa ciência caseira¹⁷ é considerada de segunda categoria. E isso precisa mudar.

RURAL E URBANO ENTRE CAMPO E CIDADE

Essa ideia de terra sem gente, de terra sem gente para garantir exclusivamente o ambiente para os bichos (muito presente no movimento ambientalista) também exige um certo contraponto feito pelo CNS. E pensar a ruptura entre o rural e o urbano, uma vida urbana que ignora toda tradição, toda produção que acontece no rural.

Aqui é preciso fazer uma distinção entre rural e produção de commodities, rural e agronegócio. Estamos falando aqui do rural como lugar da tradição, o lugar da produção do comum, o lugar da produção dos alimentos. O alimento não pode ser visto como mera mercadoria.

Não podemos pensar o ovo por exemplo como algo que veio da fábrica como qualquer objeto, mas pensar o ovo como um alimento produzido numa cadeia de vida. O ovo e a galinha, a galinha e seu terreno, a galinha, o terreno e a floresta. As árvores, a minhoca etc etc etc.

Uma criança urbana que ignora todo esse saber camponês, extrativista, esse saber da natureza, da grande cadeia de vida e imaginar que o leite, por exemplo, nasce dentro da caixinha. O ambiente rural não pode ser compreendido apenas como agrícola, separado da natureza. Rural é agricultura, é biodiversidade, é tradição, é cultura, é natureza.

Como dizia o Paulo Freire: “A leitura de mundo antecede a leitura da palavra”, mais ou menos assim, entendemos que o ovo e a galinha não são mercadoria disponível na prateleira de um hipermercado, portanto é preciso olhar para o ovo e para a galinha na lógica da vida.

ENFRENTANDO A ESCRAVIDÃO E A SERVIDÃO

A luta dos seringueiros, dos castanheiros, a luta dos agricultores e pescadores, toda luta busca também liberdade e inclusão social. Inclusão social aqui compreendida como melhoria nas condições materiais de vida e no acesso aos direitos adquiridos, ao serviço público e uma luta por ampliação dos direitos.

Toda instituição social criada, toda a luta de um segmento tenta melhorar as condições de vida e de trabalho. Nosso país foi forjado na colonização e na escravidão, nossa história é da violência e da barbárie. A abolição não cessou a opressão, pelo contrário, a opressão continua aqui na Amazônia com os patrões, com as mordças com os coronéis.

Desde a lei das Sesmarias eles receberam as terras para explorar as pessoas. Toda luta popular visa à libertação da opressão.

Os seringueiros se organizaram sob a liderança do Chico Mendes e do Wilson Pinheiro na mesma busca. Destacamos isso: a organização dos trabalhadores foi para enfrentar escravidão, a servidão, a exploração da Amazônia e da nossa gente como resultado da colonização brasileira. Lutamos contra isso. Durante o Regime Militar, o governo decidiu “Integrar para não Entregar”. Esse programa de integração nacional teve por objetivo ocupar e explorar a Amazônia.

Ou seja, a segunda colonização da Amazônia, desta vez vinda do Sul do Brasil para ocupar com investimento estatal em infraestrutura para explorar a Amazônia. Aí começam as primeiras resistências em especial a dos seringueiros. Imagine você: os seringueiros sempre estiveram

aqui, aí chega um sujeito se dizendo dono da terra e, conseqüentemente, dos seringais.

Em dado momento o colonizador decide devolver as terras para o banco como pagamento dos financiamentos contratados, ou decide passar essa terra para terceiros, a terra feita mercadoria ignorando a presença dos indígenas, dos trabalhadores. Começa uma nova onda de escravidão e exploração e a luta dessa gente por libertação dessa opressão.

Aqui está um ponto de agravamento da crise social e ambiental uma vez que o modelo agro-pecuário do governo militar exigia a devastação de grandes áreas de floresta, ou para exploração dos minérios causando grandes conflitos e, conseqüentemente, a organização dos trabalhadores daqui para fazer resistência. Essa organização aconteceu no Acre com Chico Mendes e Wilson Pinheiro, no Amapá com o Pedro Ramos... em toda Amazônia aconteceu essa organização dos extrativistas para resistência e enfrentamentos. São pelo menos duas invasões: a invasão do ocidente e essa invasão de brasileiros de outras regiões, sobretudo do Sul, com estímulo governamental.

Imagine o conflito: brasileiros saindo do sul e sudeste por estímulo do governo e chegando aqui no Norte para ocupar as terras. Chegando aqui encontraram muita gente na terra, indígenas, extrativistas e ribeirinhos vivendo da terra, o choque foi inevitável. A morte do Chico Mendes (e outras lideranças) tem a ver com isso.

Neste movimento, os trabalhadores buscavam um caminho de organização e de luta. Naquele momento, o caminho viável e oportuno era o movimento sindical. Foi assim no Brasil e também na Amazônia.

A CONTAG¹⁸ desde os anos 1960 dando a linha da criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais: em Brasília e em Xapuri, aqui no Amapá a criação da CUT¹⁹ e etc... uma série de organizações sociais em diversas frentes. Na nossa leitura, as pessoas iam se encontrando, uma com as outras, e se encontrando consigo mesmas na luta, produzindo sentido para a luta e para a vida.

18 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

19 Central Única dos Trabalhadores.

Na fundação da CUT e do PT²⁰ sobretudo da CUT que junta lideranças vindas do Acre, do Amapá, do Pará, do Amazonas enfim, que vão se encontrando. A Central é Única, mas os trabalhadores são múltiplos, são diversos, são diferentes.

São trabalhadores de diversos espectros, não era apenas a luta de classe (que era muito importante) mas os extrativistas estavam numa luta muito particular, somando com as outras lutas, fazendo um movimento. E somam numa luta mais ampla, a CUT foi juntando esses movimentos e essas resistências, essa gente buscando um caminho para a vida, buscando diminuir o sofrimento de gerações.

Essa diferença toda foram aparecendo, foi se impondo. O Chico, por exemplo, oriundo do movimento sindical, foi percebendo que o modo de ser dos seringueiros, dos castanheiros, dos que hoje são chamados como extrativistas, não cabia no modelo de reforma agrária defendida pelo movimento da CONTAG e os sindicatos.

O modelo era importante, mas não era adequado para essa gente que tinha na terra sua fonte de sobrevivência e seu modo de existência. Estamos dizendo que a Reforma Agrária defendida pela CONTAG e a política de Reforma Agrária do governo federal exigiam o roçado, e uma roça que exigia desmatamento.

Tinha que desmatar para provar que estava trabalhando na terra. Olha que loucura: trabalhar na terra é desmatar para plantar. E isso não cabe para o povo que vive da floresta. Então um novo movimento se inicia.

Diante disso, qual reforma agrária serviria para esse povo da floresta?

O EXTRATIVISTA E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Um modelo de reforma agrária ecológica e com sustentabilidade amparando o modo de vida dos castanheiros e dos seringueiros, uma reforma agrária coerente com o jeito que extrativistas se relacionam com a floresta, impedindo que a terra vire latifúndio. Estamos falando de um modelo de Reforma Agrária Amazônica.

Para disputar essa concepção de Reforma Agrária mais adequada à Amazônia é necessária uma entidade representativa com características específicas, assim nasce o CNS²¹ a partir de uma visão, um olhar, um jeito de ser dos trabalhadores na Amazônia e um jeito particular de ocupá-la. Imagino que naquele momento os trabalhadores ainda não tivessem se dado conta da dimensão conservacionista deste modelo proposto, essa dimensão da biodiversidade. Chico Mendes dizia algo assim: “Pensei que estava defendendo apenas os seringueiros.

Me dei conta que estava defendendo a floresta, a vida no planeta”. Ele foi percebendo isso no processo, na caminhada. E todos nós fomos bebendo nesta fonte...

Reforma Agrária com reservas extrativistas

E o CNS também foi construído nesse processo. E o Chico foi costurando alianças e, com essa ampliação, o CNS se transforma em Conselho Nacional das Populações Extrativistas. Chico trabalha a Aliança dos Povos da Floresta²² trabalha na Aliança dos Povos Indígenas.

Importante lembrar que as reservas extrativistas se inspiram nas terras indígenas, nos fazeres dos povos indígenas, portanto os seringueiros e castanheiros também aprenderam a sobreviver na floresta, aprenderam a viver na floresta, aprenderam a viver com a floresta, aprenderam a conviver, e nós no CNS aprendemos essa principal lição: viver na floresta com a floresta.

Aprendemos a perceber as diferentes formas de manifestação da vida. Aprendemos a viver com a biodiversidade, a floresta é a nossa grande mãe protetora. Nós, humanos, só passamos por aqui, estamos por aqui de passagem. E a Amazônia vai abrigando gerações e gerações.

Lembrar do Atanagildo de Deus Matos²³ conhecido Gatão,

21 Em 17 de outubro de 1995 nasce o Conselho Nacional dos Seringueiros.

22 A Aliança dos Povos da Floresta foi um movimento criado por Chico Mendes, seus companheiros e companheiras, indígenas e não indígenas em meados da década de 1980 para a defesa coletiva da Amazônia pelos povos que nela vivem. Ver: <https://cnsbrasil.org/alianca-dos-povos-da-floresta/>

23 Ver <https://cnsbrasil.org/atanagildo-de-deus-matos-gatao-presidente-do-cns-1995-1998/>

aliados na academia como Mary Allegretti²⁴ o Mario de Almeida (USP), o Carlos Valter (geógrafo), e muitos outros. Gente posicionada em diferentes setores, técnicos do Estado, gente que está nos governos, muita gente que contribui por simpatia ao nosso movimento. Uma certa comunhão se constrói e conserva algumas tradições.

O Gatão, apesar de sindicalista, compreendeu muito bem a luta das comunidades tradicionais e foi se produzindo... absorveu nossas ideias, foi compreendendo e construindo conosco esse conceito de uso coletivo da terra, um sujeito muito bem articulado, carismático, somou demais com a nossa luta. Foi presidente do CNS num período muito importante, entre 1995 e 1998.

A NATUREZA E A VIDA

A luta constrói um pensamento, constrói territórios tradicionais. Hoje são milhões de hectares que somada as terras indígenas somam em média um terço da Amazonia. A Amazonia enquanto infraestrutura socioambiental porque ela nos dá água, biodiversidade, nos dá minérios, os biomas, não há separação. Isso é a natureza, está dado.

O Estado, o Território, as fronteiras, isso são invenções humanas. Interessante pensar a natureza como essa infraestrutura (por assim dizer) para a vida. Ou, falando de outro jeito, a natureza como o suporte para a vida humana e não humana. A natureza como a terra, a água, o ar e o fogo, a natureza como os elementos necessários para a vida. A natureza, incluindo todas as espécies, a natureza como a vida.

A grande infraestrutura da Amazônia é a floresta: garante rios navegáveis, seus inúmeros produtos são a base da economia da região (peixe, açaí, castanha, seringa, frutos diversos). Contribui com a chuva em todo o país. Está lá no livro²⁵ de mais um aliado simpático a nossa luta, o Ricardo Abramovay.

24 Mary Helena Allegretti. Ver <https://cnsbrasil.org/mary-allegretti-uma-compa-nheira-imprecindivel/>

25 Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. De Ricardo Abramovay, junho de 2022. Elefante editora.

Com a criação do CNS, em determinado momento, houve a necessidade de expandir essa nova visão do uso da terra. Construir um pensamento a partir da ideia de reserva extrativista. Júlio Barbosa²⁶ cumpriu um papel fundamental visitando o Pará, o Amapá e o próprio Acre, levando essa concepção de reforma agrária e de luta, e criando um movimento amplo em favor desse modelo que nascia fazendo contraponto ao modelo de reforma agrária e de luta marcado pela colonização. Essa palavra que está no meio do Incra, C de Colonização, carrega uma concepção, as palavras não são neutras.

Enquanto isso nós buscávamos uma outra mentalidade, uma reforma agrária adequada ao modo de vida do nosso povo, uma mentalidade que abrigasse as pessoas, o modo de vida dessas pessoas na floresta, a conservação da floresta de forma a abrigar os brasileiros e brasileiras da e na Amazônia.

EDUCAÇÃO: O MOVIMENTO DE FAZER E SER FEITO

Lá nos anos 1980 o Chico defendia uma escola dos seringueiros. O projeto Poronga nascia com o objetivo da leitura e da escrita para alfabetizar os seringueiros. A leitura como ferramenta de libertação de uma forma de opressão: os patrões escreviam nas cadernetas do jeito que interessava a eles, roubando no peso da borracha, roubavam na medida da castanha, alteravam as anotações e manipulavam os números.

Esse foi um primeiro exercício de libertação pela educação. Naquela época, o Chico lutava contra a opressão do patrão, do dono do barracão, o adversário era identificável. Hoje é ainda mais difícil, temos que nos defender daquilo que mal entendemos, a cabeça, a mente, os fazeres estão sob ataque constante exigindo do nosso povo ainda maior capacidade de leitura.

É uma trama que embaralha os atores todos na disputa. Os adversários e os inimigos estão difusos, embaralhados nessa parafernália de tecnologias que a gente não é

capaz de entender, tampouco se posicionar nessa disputa de uma maneira mais efetiva.

Outro aspecto importante nesse trabalho de mobilização e de pensamento na Amazônia tinha o sentido de avançar o máximo na luta pela criação das Reservas Extrativistas, dos Assentamentos Extrativistas, do modelo conquistado. A Amazônia como um todo é importante.

Então, do Acre ao Amapá, de Roraima ao Mato Grosso, todo esse território é importante. Não faz sentido fatiar a Amazônia, ela faz sentido pensada em sua complexidade. E isso exige uma rede, uma articulação e um trabalho em rede, a rede dos territórios tradicionais para abrigar o modo de vida das pessoas, e essa rede articulada teve papel central na conservação da biodiversidade e, mais atualmente, tem um papel central no enfrentamento às mudanças climáticas.

Trata-se de um aspecto muito importante desse processo. A floresta é um organismo vivo e complexo, ao mesmo tempo frágil, tudo na floresta deve ver compreendido nessa imensa teia de relações.

EDUCAÇÃO E PROCESSOS EDUCACIONAIS

Quando essa gente toda não sabia ler nem escrever, o mundo era o trabalho e a relação com a natureza. Essa relação do homem (e da mulher naturalmente) com a floresta, do homem com o rio, do homem com a natureza parecia mais pura.

Com a chegada da escrita, da leitura, com a chegada da Escola nos parece que uma outra mentalidade foi sendo construída e, na minha modesta visão, foi-se rompendo esse laço com a natureza, vai se rompendo esse vínculo das relações sociais e ambientais.

Ou melhor, outras relações vão se construindo... essa Escola que chegou, a Escola como um equipamento do estado e a Educação como um serviço público Estatal, essa escola vem para as comunidades a serviço de um modelo que praticamente obriga o sujeito da educação a

romper suas relações socioambientais. Por isso que pensar uma Escola, pensar um Projeto Pedagógico no sentido de reconstruir esses elos, esses laços, esses vínculos com a natureza, isso é fundamental. Ficar na Escola Estatal como ela se configura hoje é continuar construindo a sociedade do consumo, do mercado que não tem freio, não tem medida.

Nada é suficiente para esse mundo do consumo de mercadorias, é um poço sem fundo. Mas a natureza é outra coisa, a natureza tem limites, não há duas Terras, não há dois planetas a serem explorados até a exaustão. A natureza coloca os limites que são os limites da vida possível, para além dos limites da natureza não haverá vida possível. Ter uma escola cujo projeto político e pedagógico esteja orientado para reconstruir os vínculos entre o homem e a natureza é fundamental.

Nossas comunidades são organizadas desde sempre. As pessoas se organizavam para o trabalho, eram muitos mutirões, muitas festas, muita organização comunitária para atividades criadoras de laços mais firmes, laços de solidariedade, laços do comum ou laços comunitários que, entendemos, sejam vínculos muito mais fortes. Em determinado momento são criadas instituições regidas por personalidade jurídica, com o CNPJ²⁷.

Então o CNS tem lidado com isso, com esses dois tipos de organização: uma organização que é comunitária e popular mesmo e uma organização com CNPJ e suas normas, regras, leis, no modo Estado, mais estático e menos movimento. E esse modo Estado tem muita dificuldade em aceitar e respeitar o modo popular, o fluxo real da vida que acontece nos territórios.

O Estado é o UNO, ele se relaciona com o mercado numa tensão permanente, o mercado quer menos estado na economia, mas talvez um não exista sem o outro. O monstro com duas cabeças. O CNS é encontro pois tem um CNPJ mas suas regionais são movimento não institucionalizado, são movimento popular amazônida.

27 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E O FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO EXTRATIVISTA

José Ivanildo Gama Brilhante

Eu nasci e cresci na comunidade São Raimundo, no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Ilha do Gurupaí, em Gurupá, no coração do Marajó. Minha vida sempre esteve entrelaçada com o rio, com a floresta e com as pessoas que aprenderam a sobreviver e resistir coletivamente.

Desde pequeno, acompanhei os mutirões de roça, a coleta do açaí, a produção da farinha, a partilha do peixe e até as festas da comunidade, que não eram apenas momentos de celebração, mas também de união e decisão política. Foi ali que aprendi que a vida na floresta só faz sentido se for vivida em conjunto.

Minha primeira caminhada no movimento social se deu dentro da Igreja Católica, naquele tempo em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) estavam espalhadas pelo interior do Pará. Elas foram uma escola de vida e de luta. Comecei como animador de crianças, depois assumi papéis de coordenação na Pastoral da Juventude.

Cheguei a ser coordenador de jovens na comunidade, depois do setor BEGIM, e mais tarde vice coordenador da pastoral da juventude de todo o município de Gurupá. Ali percebi que a fé e a luta não eram coisas separadas: ambas nasciam da mesma esperança de transformar a vida de quem era invisível para o Estado, mas indispensável para a floresta.

EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A educação sempre foi um desafio para nós. A escola da comunidade não dava conta de nossas necessidades, e o peso do trabalho extrativista, principalmente na época do açaí, fazia muitos jovens abandonarem os estudos.

Eu mesmo muitas vezes troquei o caderno pela peconha, porque a família precisava. Mas foi participando de encontros regionais, conhecendo gente de fora, que percebi que o estudo não era só um papel guardado numa pasta:

era ferramenta de luta, de afirmação do nosso direito de existir e permanecer no território.

Foi então que conheci a Pedagogia da Alternância, trazida da França e adaptada para a realidade amazônica com apoio dos movimentos sindicais e da Prelazia do Xingu. Esse método me abriu horizontes, porque não me obrigava a escolher entre a escola e a roça, entre o livro e a floresta.

A alternância permitia viver o tempo do estudo e o tempo da prática, valorizando a sabedoria das comunidades. Consegui concluir o ensino fundamental, depois o ensino médio profissionalizante, formei-me como Técnico em Agricultura e, mais tarde, em Agroecologia Integral.

Foi um divisor de águas: não só para mim, mas para toda uma geração de jovens extrativistas que começaram a enxergar que a universidade pública podia ser também nossa. Muitos de nós seguiram para cursos de Etnodesenvolvimento e Educação do Campo, abrindo portas que antes pareciam trancadas. Isso não foi um sonho individual, mas fruto de mutirões comunitários que sempre defenderam que a educação é um direito coletivo e estratégico. A fotografia seguinte reflete o que significa para mim o percurso acadêmico:



Fonte: Arquivo Pessoal de José Ivaniildo Gama Brilhante- 2015

A PRÁTICA COMUNITÁRIA E OS MUTIRÕES

Na nossa cultura, os **mutirões** sempre foram mais do que trabalho: são símbolos de resistência e solidariedade. Mutirão para abrir a roça, para construir a casa, para puxar a rede de pesca ou para realizar uma festa. Mas também mutirão para organizar a associação, para garantir o acesso a políticas públicas, para lutar por estrada, posto de saúde ou escola.

Foi com esse espírito que nos envolvemos em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Eles permitiram que o que produzíamos — o peixe, a farinha, o açaí, a castanha — chegasse à mesa das escolas e das famílias em situação de vulnerabilidade. Esses programas não eram caridade, mas reconhecimento de que nossa produção é essencial e de que o alimento que vem da floresta pode e deve sustentar a soberania alimentar do país.

Cada passo nesse processo foi construído coletivamente. Nunca houve vitória isolada. Foi sempre no mutirão que aprendemos que o coletivo é mais forte do que qualquer política imposta de cima para baixo.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E MILITÂNCIA SOCIOAMBIENTAL

Minha caminhada se expandiu quando assumi a coordenação de projetos comunitários, como o Apoio a Iniciativas Comunitárias de Gestão Integrada dos Recursos Naturais de Várzea, realizado com a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha de São Salvador (ATAISS) e cooperativas locais. Também estive à frente da Cooperativa COMAG, ajudando a fortalecer a organização produtiva das famílias.

Mas não paramos apenas na produção. A luta também passou pelos direitos sociais. Como dirigente sindical, atuei como Secretário de Políticas Sociais, defendendo as pautas previdenciárias e os direitos dos trabalhadores e

trabalhadoras extrativistas. Ali compreendi que nosso papel era garantir que os benefícios não fossem negados a quem mais precisava — viúvas, idosos, mulheres que sustentam suas casas com a força da floresta.

INSERÇÃO NACIONAL E O CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

O passo seguinte foi conectar a luta da comunidade ao movimento nacional. Em 2011 comecei como técnico cooperante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), a organização fundada por Chico Mendes e outros líderes da floresta. Paralelamente, segui minha formação acadêmica na Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Altamira, no sistema de alternância, cursando Etnodesenvolvimento. Depois, concluí pós-graduação em Sistemas Agroextrativistas em Territórios de Uso Comum na Amazônia e o mestrado em Agriculturas Amazônicas, ambos pelo INEAF/UFPA, em Belém.

No CNS, fui Secretário de Formação e Informação por dois mandatos consecutivos (2013–2019) e atualmente estou no meu segundo mandato como Secretário de Finanças da Executiva Nacional (2019–2027). Essa caminhada me mostrou que a força de nossa luta local só ganha projeção quando ecoa no coletivo, em nível nacional e internacional.

As fotografias são exemplos do meu percurso e contribuição com a luta das populações tradicionais extrativistas-CNS.



Fonte: Arquivos II Chamado da Floresta- 2005

O LEGADO E A LUTA PERMANENTE

Quando olho para trás, vejo que a trajetória que percorri não é apenas minha: é a continuidade de uma luta histórica que começou com os seringueiros, com Chico Mendes e com tantos anônimos que deram a vida pela floresta. Nosso legado está em mostrar que não defendemos a floresta porque é bonita ou porque virou pauta global do clima.

Defendemos porque é nossa casa, porque dela tiramos o sustento, porque ela guarda nossas histórias, nossas rezas, nossas festas e nossas esperanças.

O CNS nasceu porque os sindicatos tradicionais não davam conta da nossa luta. Eles pediam filiação, mensalidade, documentos que excluía justamente os mais pobres, os que mais precisavam de voz. Chico e os demais compreenderam que não bastava lutar só pela terra. Era preciso lutar pela liberdade, pela floresta viva, pela dignidade. Foi assim que, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, nasceu o Conselho Nacional dos Seringueiros, depois ampliado para Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

O assassinato de Chico Mendes, em 1988, nos lembrou do preço alto de defender a vida. Mas também provocou uma reação que ecoou no mundo inteiro. Daquela dor nasceram conquistas como as Reservas Extrativistas (Resex) e os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs e PAEx).

Esses territórios coletivos garantem não apenas a posse da terra, mas um modo de vida, uma economia, uma pedagogia, uma identidade. São a prova de que o sangue de Chico e de tantos outros não foi derramado em vão.

CONCLUSÃO: A HISTÓRIA CONTADA PELOS POVOS DA FLORESTA

Hoje, quando conto essa trajetória, não a vejo como biografia individual, mas como uma página do livro maior escrito pelos povos da floresta. Cada conquista que tivemos

— do acesso à universidade ao direito ao PNAE, do reconhecimento dos PAEs à consolidação do CNS — foi fruto de mutirão, de vozes que se levantaram juntas, de mãos calejadas que se estenderam umas às outras.

O legado que deixo é o mesmo que recebi: acreditar no poder da coletividade, na força da juventude extrativista, na sabedoria dos mais velhos e na esperança que não se apaga. Nossa luta é permanente, porque a floresta continua ameaçada. Mas ela também continua viva — e viva porque os povos que a habitam nunca desistiram de defendê-la.

José Ivanildo Gama Brilhante - Extrativista,
morador do PAE Ilha do Gurupaí, Gurupá - PA.

Secretário de Financia do CNS.

Técnico em Agroecologia, nível médio.

Graduado em Bacharel e Licenciatura
em Etnodesenvolvimento.

Especialista em
Territórios de Uso Comum na Amazônia
e Mestre em Agricultura Amazônicas.

MARCO LEGAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: A CONSTRUÇÃO PELO MOVIMENTO SOCIAL DE UMA NOVA PROTEÇÃO JURÍDICA AMBIENTAL

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes

O ano de 1989 foi um divisor de águas, não apenas na minha vida profissional, mas para toda uma geração que se via profundamente comprometida com a Amazônia. Na época eu presidia o Instituto Brasileiro de Cidadania (IBRAD), que tinha como objetivo prestar assistência jurídica aos movimentos sociais e organizações não-governamentais, entre as quais algumas voltadas ao meio ambiente.

O Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) era uma dessas organizações. Lá, fomos progressivamente seduzidos pela vibração e pelas emergências da batalha pela preservação ambiental levada à frente pelo movimento extrativista. Uma luta liderada por homens e mulheres que, como Chico Mendes, colocavam sua vida a serviço da preservação da floresta.

Era um período de grandes e inúmeros conflitos ambientais, o que determinou que os poucos advogados do IBRAD passassem a atender preponderantemente as entidades voltadas à defesa da Amazônia, como o IEA, e da Mata Atlântica, com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação (SPVS).

Não obstante a experiência que vínhamos adquirindo, nada poderia ter nos preparado para o choque brutal do dia 22 de dezembro de 1988. O assassinato de Chico Mendes não foi apenas uma tragédia pessoal; para os movimentos, foi um catalisador de dor e, paradoxalmente, de ação.

O IEA agiu rapidamente: com um (à época) moderníssimo equipamento, o fax, fez a notícia “ecoar pelos quatro cantos do mundo”, exigindo uma resposta imediata e contundente do governo brasileiro.

Essa comoção global e a pressão pública avassaladora foram cruciais para que a urgência de proteger os modos de vida dos povos da floresta e seus territórios fosse exposta com uma força e clareza até então nunca vistas.

Foi nesse ambiente de luto, urgência e intensa mobilização internacional que se forjou, com uma velocidade que poucos processos burocráticos no Brasil jamais viram, um dos instrumentos jurídico-ambientais mais originais e eficazes do nosso ordenamento: o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, marco inaugural da criação das Reservas Extrativistas (Resex), que tive a honra de redigir.

É importante ressaltar que a ideia das Resex não surgiu do nada; ela já estava latente no movimento seringueiro. Era um pleito antigo e muito bem estruturado de Chico Mendes e de um movimento extrativista que, embora carente de amparo legal, já possuía uma notável força e organização. No entanto, foi a partir da morte de Chico que essa ideia, até então uma reivindicação da base, ganhou a tração institucional necessária para se concretizar.

A pressão global era tão intensa que o então Presidente da República, José Sarney, convocou Fernando Mesquita, à época presidente do Ibama, para apresentar uma solução que, ao menos parcialmente, atendesse a demanda do movimento extrativista. Mesquita vislumbrou, no inciso VI do art. 9º da Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), o respaldo normativo necessário para a criação das Reservas Extrativistas.

O dispositivo mencionava, entre os instrumentos da política ambiental, “a criação de espaços especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas”. Amparado nesse fundamento, Mesquita instituiu um grupo de trabalho específico para regulamentar o referido inciso no âmbito de um amplo Decreto de regulamentação de toda a Lei nº 6.938/81.

Para reduzir a pressão social e política interna e internacional, o Grupo de Trabalho foi composto por dois representantes do Poder Público e três da sociedade civil. De um lado um engenheiro do Incra, Mario Menezes, e outro do IBAMA (cujo nome infelizmente se perdeu na memória); de outro, dois representantes do Conselho Nacional das Po-

pulações Extrativistas (CNS) - um dele, o Osmarino - e eu, como advogado indicado pela sociedade civil, mais especificamente pelo Instituto de Estudos Amazônicos.

Na primeira reunião desse GT, ao analisar a complexidade da situação, rapidamente percebi um grande entrave. A via tradicional de regulamentar o dispositivo da lei, por meio de uma legislação extensa e cheia de artigos, seria um processo excessivamente moroso, e a urgência do momento pós-assassinato de Chico Mendes simplesmente não permitia tal lentidão.

Foi então que propus a Mesquita uma solução mais simples, eficaz e, admito, um tanto ousada: a criação imediata da figura da reserva extrativista por meio de um decreto específico, conferindo-lhe contornos jurídicos autônomos. Assim, não dependeríamos da conclusão do moroso trabalho de regulamentar toda a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Mesquita aceitou a proposta, e a incumbência de estruturar juridicamente essa ideia recaiu sobre mim, o único advogado do grupo.

Retornei a Curitiba com essa tarefa monumental em mente. Naquela época, estava imerso no meu mestrado, e havia estudado os contratos administrativos, em especial o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), um instrumento jurídico criado durante a ditadura militar, por meio do Decreto-Lei nº 271/67.

Compreendi, com clareza, que o CCDRU seria a chave para a propriedade coletiva que os seringueiros tanto almejavam. No direito, explico, existem as relações obrigacionais, que se resolvem pessoalmente entre as partes de um contrato, e as relações de direito real, que são “oponíveis *erga omnes*” - ou seja, válidas e aplicáveis a todos.

Um direito real, por sua própria natureza, possui uma força e segurança jurídica incomparavelmente maiores, conferindo à concessão uma robustez que viabilizaria, inclusive, operações como arrendamentos e empréstimos, com efeitos muito próximos ao direito de propriedade.

Naquele momento, já se dispunha da experiência recente da Portaria do Incra nº 627/1987, que havia insti-

tuído os Projetos de Assentamento Extrativista (PAE) como alternativa aos modelos fundiários tradicionais. Ainda que inovadora, essa portaria era um ato administrativo ordinatório, com efeitos restritos ao âmbito interno do Incra e insuficiente para criar vínculos jurídicos mais robustos²⁸.

Além disso, limitava-se aos seringais da Amazônia, excluindo populações extrativistas de outros ecossistemas e recursos. Como destacam Viana & Sales, parafraseando Rueda, Gomes & Felipe, a política carecia de apoio técnico-financeiro e sofria com entraves na desapropriação de novas áreas²⁹.

O novo modelo que estávamos construindo - agora sob forma de decreto presidencial - buscava superar essas fragilidades, conferindo à concessão um estatuto jurídico mais sólido e abrangente, consolidado sobre duas inovações: i) a adoção do instrumento contratual da concessão de uso; e ii) a possibilidade de utilização “associativista, condominial ou cooperativista” da área³⁰.

A opção pelo instrumento da concessão de uso possibilitou a concepção de um modelo de assentamento que permite, a um só tempo, a destinação individualizada (*uti singuli*) da área e a imposição de condições especiais ao concessionário, entre as quais a impossibilidade de transferência dos direitos do contrato para terceiros (intransmissibilidade *inter vivos*)³¹.

28 GOMES, Manoel Eduardo A. C.; FELIPPE, Luiz Daniel. Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. In: ARNT, Ricardo (ed.). O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro/Curitiba: Relume-Dumará & Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.

29 VIANNA, Lucila Pinsard; SALES, Renato Rivaben de. Análises e diretrizes para consolidação da categoria reserva extrativista. Brasília: WWF-Brasil, 2008.

30 Essas inovações foram estabelecidas no inciso II da Portaria 627/1987 nos seguintes termos: “Estabelecer que a destinação das áreas para tais projetos dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias — associativista, condominial ou cooperativista.”

31 Na elaboração do Decreto nº 98.897/1990, outras vantagens apresentadas por esse instrumento foram consideradas, como: a) a possibilidade de manter a dominialidade pública do território; b) concedendo-se o uso coletivo da área; c) destinando-o para uma pessoa jurídica, constituída na forma de associação; d) com regramento que condiciona o direito de uso ao uso sustentável dos recursos naturais. Mary Allegretti assim se pronuncia a respeito: “O conceito de concessão real de uso está na legislação que trata do direito de uso de propriedades públicas (Decreto-Lei N. 271, de 27/02/1967). Ao realizar a concessão para a comunidade e não para os indivíduos, assegura valores e responsabilidade partilhadas por todos e a garantia de que os recursos naturais serão

Minha proposta inicial detalhada, que eu considerava tecnicamente perfeita, consistia em o Estado desapropriar a área em questão, pagando o justo preço ao proprietário, e transferir sua propriedade à União. A União, por sua vez, outorgaria às associações de moradores, por meio do CC-DRU, o direito real de uso coletivo da terra.

As associações, então, concederiam autorizações de uso - que, no direito administrativo, é o ato mais precário - aos moradores do território, evitando a individualização do território e respeitando intrinsecamente a coletividade e a mobilidade das “estradas de seringa”, elementos vitais para o modo de vida extrativista.

Tratava-se, portanto, de um modelo jurídico verdadeiramente inovador, moldado à realidade da floresta, que, além de garantir direitos, solucionaria um problema prático que me tirava o sono: o complexo cruzamento das estradas de seringa, assegurando uma gestão efetivamente coletiva do território.

Concebi o modelo, redigi o decreto e o apresentei ao grupo de trabalho, que prontamente o aprovou. O passo seguinte, e que se revelou crucial, foi submetê-lo à própria comunidade. Fui para o Acre, para uma reunião com os líderes do movimento.

Lembro-me vividamente que, ao explicar o conceito de desapropriação - o Estado tomando a propriedade privada e pagando um justo preço para que a área passasse a ser da União -, uma senhorinha, no fundo da sala, levantou a voz, com uma franqueza inabalável, para questionar: “Mas que história é essa de desapropriação? Essa área é nossa! Como o Estado vai pagar aos proprietários se a terra é nossa?”.

Aquelas palavras me atingiram em cheio. Eu, um jovem mestrando em direito administrativo, pensei imediatamente na “desapropriação indireta” - quando o Estado toma

extraídos de forma sustentável. A proposição deste modelo para os seringueiros e sua formulação nos termos do Decreto 98.987 de 30.01.1990 foi uma contribuição do advogado Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes ao CNS e ao IEA” [ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade Brasília, 2002, p. 25].

um imóvel de um particular sem pagar, algo que, para a doutrina do direito, era um absurdo jurídico. Argumentei, com a convicção técnica de um estudante de pós-graduação, que não poderia atender ao pedido da comunidade.

Minha proposta, embora legalmente sólida e inovadora, soava para eles como uma inversão da realidade: o Estado estaria comprando a terra de quem detinha apenas o domínio formal, mas não a posse legítima e histórica, que era deles. Foi, de fato, um choque de visões.

Naquela noite, angustiado com a situação, no quarto de um pequeno hotel, liguei para meu antigo professor de direito administrativo e para outro advogado ligado à luta dos movimentos populares. Ambos me ofereceram, cada um a seu modo, conselhos praticamente idênticos e unânimes: “Você está assessorando uma comunidade. Cabe a ela decidir”. E ambos foram igualmente enfáticos ao afirmar que eu deveria defender o que o movimento desejava, e não apenas o que a técnica jurídica me aconselhava.

Assim, o decreto foi reescrito, desta vez suprimindo a exigência expressa de desapropriação direta. A nova redação foi concebida para dizer simplesmente que as reservas seriam “espaços territoriais destinados à exploração autosustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (art. 1º).

As ideias estruturantes que orientaram a redação do decreto foram claras desde o início: a dominialidade pública da área; o uso coletivo da terra; a gestão exercida por associação de moradores; a delegação formalizada via contrato de concessão de direito real de uso; e a outorga de autorizações individuais pela própria associação a seus membros.

No art. 2º, por exemplo, estabelecemos que: “O Poder Executivo criará Reservas Extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social”. O Parágrafo Único do artigo diz: “São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental”.

Esse, na época, novo termo-conceito - interesse ecológico e social - introduzia um critério finalístico para a criação das unidades, permitindo seu controle jurisdicional com base na noção de desvio de poder. A expressão implicava que a área não era concedida como benefício, mas como responsabilidade: a população extrativista assumia, com base em seu modo de vida, o dever de manejá-la de forma sustentável, em prol do interesse público.

Essa caracterização jurídica também permitiu afastar a exigência de licitação prévia (art. 15, §1º, do Decreto-Lei nº 2.300/1986), usual em contratos públicos, por se tratar de concessão com destinação legalmente vinculada.

A manutenção do status de Reserva Extrativista passava, assim, a depender do cumprimento continuado dessa função legal - o que justificava a supervisão permanente pelo órgão ambiental. Como previu o art. 5º do decreto: "Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior".

Em 1994, a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) trouxe ainda mais sistematização: uma portaria estabeleceu um roteiro com doze etapas para a criação das reservas, incluindo a formação da associação, o plano de utilização e a assinatura do CCDRU.

Já o art. 4º do decreto consolidava a estrutura jurídica essencial: "A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967".

O parágrafo 1º do mesmo artigo consagrava a gratuidade da concessão, compatível com a realidade social dos extrativistas. O §2º vinculava a validade do contrato ao plano de utilização e previa sua rescisão em caso de danos ambientais ou transferência inter vivos.

A menção expressa ao Decreto-Lei nº 271/1967 afastava confusões com outras figuras jurídicas - como a concessão administrativa ou o direito de uso do Código Ci-

vil - e fazia incidir cláusulas fundamentais: a possibilidade de contrato por termo simples, a responsabilidade pelos encargos do imóvel e a perda das benfeitorias em caso de descumprimento.

Ao prever a intransmissibilidade inter vivos, por sua vez, o decreto blindava as Resex da especulação fundiária: seu objetivo era preservar o vínculo entre território, uso coletivo e cultura local. A concessão, assim, não era mercadoria: era compromisso com a floresta e com o futuro.

Com a minuta finalizada, o texto foi prontamente entregue ao presidente do Ibama, que o encaminhou ao Palácio do Planalto, sem passar por nenhum órgão jurídico. A velocidade desse processo foi verdadeiramente notável e incomum: Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, e o Decreto nº 98.897, que criou as Resex, foi assinado em 30 de janeiro de 1990.

Poucos dias depois, no “apagar das luzes” do governo Sarney, recebi um telefonema urgente. O diretor jurídico da Presidência da República me informou que o decreto, já assinado em solenidade pública e amplamente publicizado, estava sendo considerado inconstitucional. Fui convocado às pressas para Brasília, pegando um voo sem tempo sequer de trocar de roupa. Chegando à capital, fui recebido com uma comitiva de carros oficiais e motos batedoras - e confesso que pensei que seria preso.

No Palácio, fui conduzido a uma sala pequena onde me esperavam procuradores e velhos professores de direito administrativo e constitucional da Universidade de Brasília (UnB), todos com uma postura tão pedante quanto carrancuda. Eles me questionaram diretamente: “Como o senhor pode criar reserva extrativista em área privada sem desapropriar?”.

Minha resposta foi assertiva: “Isso lhes parece óbvio, não lhes parece? Sou partidário de que a lei não deve dispor sobre o óbvio. Ainda que aqui não esteja falando de desapropriação, é óbvio que o Estado poderá desapropriar”.

A incrível tensão entre três velhos professores de direito administrativo e constitucional e eu - na época, com

31 anos de idade - era palpável, e só foi amenizada com a entrada de um “anjo” na sala: Fernando Andrade Oliveira, subprocurador-geral da República, que havia sido professor da UFPR e sócio do meu pai.

Ele me reconheceu, me abraçou e fez um discurso apaixonado aos presentes, contando minha luta no processo de criação da primeira Ouvidoria Pública do Brasil, em Curitiba, e assim conseguindo amenizar o clima da reunião. Pouco depois, Santoro, um procurador da República, com fortes vínculos com o Acre, com quem eu já havia trabalhado e que também apoiava a causa, chegou e fortaleceu decisivamente a posição dos defensores do decreto. Ao fim da reunião, o decreto foi mantido.

Na mesma ocasião, e sob intensa pressão da população extrativista organizada por meio do CNS - com apoio de técnicos, intelectuais e artistas - o governo federal criou quatro reservas extrativistas: as Resex Chico Mendes (AC), com 970.570 hectares (Decreto nº 99.144/1990); Rio Cajari (AP), 481.650 ha (Decreto nº 99.145/1990); Rio Ouro Preto (RO), 204.583 ha (Decreto nº 99.146/1990); e Alto Juruá (AC), 506.186 ha (Decreto nº 98.863/1990, publicado dias antes do Decreto nº 98.897/1990).

Essas quatro unidades pioneiras simbolizaram uma mudança de paradigma: o reconhecimento legal de uma forma de ocupação e manejo tradicional como política pública de conservação ambiental e justiça territorial. Juntas, somavam mais de 2 milhões de hectares (extensão superior à do estado do Paraná), marcando uma conquista ambiental e social de proporções gigantescas.

Além disso, houve ainda outro impacto monumental e transformador: aquela mudança de paradigma foi fundamental para reverter o status dos históricos “empates”, que antes eram considerados crime por impedirem o uso da propriedade privada; agora, era o desmatamento que se tornava o crime. O decreto, conciso, em poucas linhas, empoderou extraordinariamente o movimento dos seringueiros. Contudo, àquela época, eles não possuíam associações formalizadas, o que levou à necessidade de criar uma car-

tilha para auxiliar na formação dessas organizações; redigi também esse material com o qual, como digo com certo orgulho, “forramos” a Amazônia.

Durante os anos seguintes, esse modelo jurídico se destacou como pioneiro no mundo: pela primeira vez, uma unidade de conservação conseguia aliar a exploração econômica sustentável com a proteção ambiental. A ideia despertou grande interesse da Fundação Ford, cujo presidente ficou fascinado, vendo nela um potencial imenso para ser replicado internacionalmente em países do Pacto Andino e na África.

Elaborei um projeto detalhado, solicitei recursos, previ a contratação de consultores jurídicos locais, e cheguei a ser convidado a aprofundar meus estudos sobre o tema nos Estados Unidos, visitando a Biblioteca do Senado e unidades de conservação de lá.

No entanto, optei por desistir da iniciativa - talvez por medo, talvez por prudência - decidindo não entrar num mundo sobre o qual não tinha controle, conhecimento histórico e laços afetivos que tinha com o movimento extrativista brasileiro. Mais adiante, em 2000, o modelo original das Resex enfrentou certo retrocesso institucional, com a promulgação da Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Embora a Lei do SNUC tenha incorporado as reservas extrativistas em seu sistema, ela, paradoxalmente, “empobreceu” o poder e a autonomia das associações concessionárias. A nova lei instituiu conselhos deliberativos compostos por representantes do Poder Público e da sociedade, mas também estabeleceu a figura do “chefe de unidade” - um funcionário do Ibama ou do ICMBio. Essa estrutura burocrática centralizada fez com que a autonomia da associação concessionária, que era o pilar jurídico e político essencial do modelo original, fosse comprometida.

Em casos concretos, surgiram inúmeros conflitos: por exemplo, o presidente da associação extrativista, e concessionário, podia autorizar uma ação conforme os métodos locais de manejo sustentável, enquanto o chefe de unidade tinha o poder de vetá-la - uma hierarquia não prevista no modelo original do CCDRU.

Para mim, o bem jurídico tutelado nas Resex abrange o modo de vida dos extrativistas e o meio ambiente, intrinsicamente interdependentes, e essa interdependência deve ser a base inabalável da proteção legal, algo que foi diluído com a nova legislação.

Mas essa história ainda teria uma espécie de epílogo muito significativo: passados muitos anos do da publicação do decreto que eu havia escrito, fui novamente convocado por Manoel Cunha, então presidente do CNS, que me enviou uma carta cujos termos me abalaram profundamente, fazendo com que eu deixasse a sociedade de advogados de que participava para criar um novo escritório que aceitasse o desafio de apoiar a luta do CNS.

De pronto fui indicado como representante da população extrativista e membro da Comissão Nacional das Reservas Extrativistas (Conarex) para participar ativamente da revisão e reescrita do regulamento das reservas extrativistas.

O Conarex é uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo, constituída majoritariamente por representantes dos povos e comunidades tradicionais, desempenhando um papel vital na representação e defesa dessas comunidades.

A missão de um novo decreto das Resex, cuja minuta ficou pronta em 2024, e que regulamenta os artigos 18 e 23 da Lei Federal nº 9.985/2000 (Lei do SNUC), é justamente resgatar, dentro dos limites legais atuais, o espírito original do modelo de 1990: reforçar o protagonismo comunitário, garantir direitos coletivos e reposicionar as associações como gestoras efetivas dos territórios, restituindo seus poderes de maneira robusta.

Negociamos intensamente os termos do novo texto. Esse documento, ainda que com algumas falhas, deverá apresentar-se como uma vitória institucional e simbólica: a retomada, por dentro da legalidade vigente, da ideia central de que os modos de vida dos povos tradicionais não constituem obstáculos ao desenvolvimento, mas são, eles próprios, formas sofisticadas de sustentabilidade.

O novo decreto prevê uma governança local compartilhada, estruturada na divisão de competências entre o Conselho Deliberativo, o órgão gestor e as associações concessionárias. As associações concessionárias são, agora, explicitamente reconhecidas como cogestoras das reservas extrativistas, e o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) continua sendo o instrumento que regula a posse, o uso e a fruição das Resex pelos povos e comunidades tradicionais.

O Conselho Deliberativo, por sua vez, será um espaço público e fórum político-técnico, constituído majoritariamente por representantes de povos e comunidades tradicionais, e seus objetivos incluem proteger os meios de vida e a cultura, conservar a biodiversidade, reconhecer saberes tradicionais e assegurar a melhoria da qualidade de vida e o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na governança.

Olhando para trás, vejo com clareza que a reserva extrativista não se configurou apenas como um arranjo jurídico; ela se tornou uma ideia-motriz - um verdadeiro modelo de mundo.

Nas Resex, a terra é concebida como um bem de todos, o uso é coletivo, a conservação é intrínseca à prática cotidiana, e a cultura local é, ao mesmo tempo, fim e meio da preservação ambiental. É crucial ressaltar que nenhuma outra categoria de unidade de conservação no Brasil tutela explicitamente o modo de vida e a cultura como bens jurídicos.

É essa interdependência profunda e indissociável entre território e cultura que garante a vitalidade e a resiliência do modelo, e é por isso que ele sobreviveu por tanto tempo, mesmo quando ameaçado por mudanças institucionais e desafios constantes.

O desafio atual é duplo e complexo: garantir a plena eficácia jurídica das concessões de uso e assegurar que as vozes e os anseios das comunidades continuem a moldar ativamente a política ambiental brasileira. O CNS, ao longo de seus 40 anos de existência, tem sido a trincheira e a caixa de ressonância dessas lutas por direitos e reconhecimento.

Orgulho-me de ter contribuído, em momentos cruciais da história das Resex, com as ideias - e as palavras - que deram forma jurídica a essa jornada singular. A saga iniciada em 1989 continua: luta incansável por garantia de direitos, justiça socioambiental e conservação de um patrimônio ambiental e cultural inestimável para o Brasil e para o mundo.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes

*Professor da UFPR, advogado,
consultor jurídico e membro do Conarex*

FUNDO PUXIRUM: LUZ DA PORONGA E CONTINUIDADE DA LUTA

Antonio Brito e Fátima Cristina da Silva

O Fundo Puxirum nasceu como nasce uma seringueira na beira do rio: a partir da seiva generosa da floresta e da persistência de seus povos. É uma criação coletiva do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), inspirada na prática ancestral do *puxirum*, o mutirão amazônico em que famílias, vizinhos e comunidades se juntam para plantar, colher, abrir caminhos ou levantar uma casa.

Cada braço que se soma multiplica a força, e o resultado não é apenas o trabalho feito, mas a reafirmação dos laços de solidariedade e confiança.



Foto: Arquivos Fundo Puxirum (Registro do lançamento do Primeiro Edital lançado pelo Fundo Puxirum para a Resex Chico Mendes).

Assim também se ergueu este Fundo: como um mutirão de esperanças. Ele responde a um desafio histórico — o de democratizar o acesso a recursos financeiros para comunidades extrativistas, historicamente marginalizadas por barreiras técnicas e burocráticas impostas pelos mecanismos tradicionais de financiamento.

O Puxirum, ao contrário, nasceu para respeitar o ritmo da floresta, o tempo da comunidade e a sabedoria ancestral que habita cada território.

Mais do que um instrumento de gestão, o Fundo Puxirum é uma expressão política do CNS. Ele se inscreve

na continuidade da luta iniciada por Chico Mendes e pelas gerações de seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, pescadores e guardiões da floresta que ousaram dizer ao mundo que “a morte da floresta é o fim da nossa vida”. Se o empate manteve a poronga acesa nos tempos de maior violência e ameaça, hoje o Fundo Puxirum simboliza essa mesma luz, projetada para o futuro.

PROPÓSITO E VISÃO DE FUTURO

O propósito do Fundo Puxirum é claro: apoiar o fortalecimento das comunidades extrativistas e demais povos tradicionais da Amazônia, reconhecendo que seus modos de vida não são resquícios do passado, mas caminhos para o futuro da humanidade.

Ali onde a floresta em pé garante vida, memória e continuidade cultural, o Puxirum se firma como mecanismo estratégico de redistribuição de recursos, conectando saberes, gerando oportunidades e estimulando formas sustentáveis de viver.

Sua visão de futuro é a de uma Amazônia onde as decisões não sejam impostas de fora, mas tomadas pelas próprias comunidades. Onde os saberes tradicionais sejam respeitados como ciência viva. Onde cada geração — dos mais velhos às crianças — participe da construção do bem comum.

PRINCÍPIOS E VALORES

Como todo mutirão, o Fundo Puxirum é guiado por princípios que são mais que regras: são compromissos éticos e políticos. Entre eles, destacam-se:

- Solidariedade e cooperação – inspiradas no espírito do puxirum, reconhecendo a força do esforço coletivo.
- Autonomia comunitária – respeito às formas próprias de organização, às lideranças locais e à soberania dos territórios.
- Justiça social e ambiental – equidade no acesso a

recursos, valorização das mulheres, das juventudes e dos povos invisibilizados.

- Intergeracionalidade – diálogo entre memória e futuro, com os anciãos transmitindo saberes às novas gerações.
- Simplicidade e acessibilidade – processos desburocratizados, que falam a língua da comunidade, mas sem perder a transparência e a seriedade.

Esses valores fazem do Fundo não apenas um canal de recursos, mas um espaço de confiança e de reafirmação da identidade extrativista.

OBJETIVOS E LINHAS DE APOIO

O objetivo geral do Fundo Puxirum é ser um mecanismo de apoio financeiro às comunidades amazônicas, promovendo a proteção territorial e o fortalecimento dos modos de vida. Para isso, atua em linhas temáticas que refletem as demandas históricas da luta extrativista:

- Conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade;
- Gestão territorial e ambiental;
- Valorização dos saberes tradicionais e educação intergeracional;
- Protagonismo de mulheres e juventudes;
- Cadeias produtivas da floresta, agroecologia e geração de renda;
- Segurança alimentar baseada nos modos de vida locais;
- Incidência política e fortalecimento do controle social;
- Enfrentamento às violências e defesa dos direitos coletivos.

Nessas linhas está condensada a visão de que a floresta não é apenas um patrimônio natural, mas uma comunidade de vida. Apoiar projetos comunitários significa apoiar também a floresta, porque são inseparáveis.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

A governança do Fundo Puxirum reflete o DNA do CNS: é coletiva, participativa e diversa. A coordenação é feita por um Conselho Deliberativo eleito em Assembleia, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Gestor. Esse Comitê é formado por representantes de associações comunitárias, mulheres, juventudes e parceiros aliados, garantindo que a tomada de decisão não se concentre, mas se distribua. Assim, cada edital, cada carta-convite, cada apoio é fruto de diálogo e de decisão colegiada. É uma forma de afirmar que a floresta não se governa de cima, mas de dentro, pelos que nela vivem e dela cuidam.

CATEGORIAS E SIMBOLOGIAS

Os projetos apoiados pelo Fundo são classificados segundo árvores simbólicas da floresta. A escolha não é aleatória: cada árvore carrega uma pedagogia.

- **Açaízeiro:** projetos pequenos, de respostas rápidas, como o açaí que amadurece e precisa ser colhido com agilidade.
- **Seringueira:** projetos de médio porte, que exigem cuidado e planejamento, como a extração do látex.
- **Castanheira:** projetos estruturantes e de longo prazo, que abrigam a floresta sob sua copa, como a árvore gigante que protege e sustenta.

Com essa simbologia, o Fundo mostra que cada projeto tem seu tempo, sua força e seu papel na floresta.

CAMINHOS E FUTURO

Mais do que apoiar projetos, o Fundo Puxirum abre caminhos. Caminhos de autonomia, de protagonismo, de justiça socioambiental. Caminhos que conectam as comunidades

locais à Rede de Fundos Comunitários da Amazônia e a parceiros nacionais e internacionais, sem perder de vista a raiz política e histórica do CNS.

É também um instrumento de incidência: ao financiar coletivos de mulheres, associações extrativistas, juventudes e grupos em situação de ameaça, o Fundo afirma que resistir é também criar. E que criar, na floresta, é sempre um ato político.

No horizonte, o Puxirum busca consolidar sua sustentabilidade financeira, diversificando fontes, ampliando parcerias, mas sempre ancorado na autonomia comunitária. Ele é, e seguirá sendo, um instrumento vivo — como diz seu Manual Operacional, um fundo que se enraíza na sabedoria ancestral, floresce no presente e frutifica para o futuro.

CONCLUSÃO

O Fundo Puxirum é mais que um mecanismo de financiamento. É uma resposta política, uma metáfora viva, uma estratégia de sobrevivência e de futuro. Nasceu do CNS e da prática do puxirum, e carrega em si a poronga acesa dos empates.

Assim como Chico Mendes dizia que “ecologia sem luta de classes é jardinagem”, o Puxirum lembra que financiamento sem autonomia é tutela. E o que se busca aqui é o contrário: recursos que fortaleçam a liberdade dos povos da floresta, para que sigam sendo guardiões da Amazônia e mestres de um futuro possível.

A morte da floresta é o fim da nossa vida. O Puxirum é a nossa resposta: um mutirão de esperança, solidariedade e luta e, portanto, viver o empate e manter a luz da poronga acesa.

Antônio de Freitas Brito - Jovem extrativista, morador do Assentamento Agroextrativista São João I, no município de Curralinho (PA).

Fátima Cristina da Silva - Ambientalista, ativista do movimento social, pedagoga, assessora técnica do CNS.



Foto: Thiago Araújo (Registro do II Encontro Nacional das juventudes Extrativistas)

OLHANDO PARA O FUTURO: A JUVENTUDE EXTRATIVISTA COMO CONTINUIDADE POLÍTICA DO CNS

Letícia Santiago de Moraes

A celebração dos 40 anos do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) é um marco político e simbólico da luta dos povos da floresta. Mais do que um registro histórico, este livro é um instrumento de reafirmação de um projeto político que segue vivo, o projeto de Chico Mendes, de justiça social, defesa dos territórios e sustentabilidade da vida.

Ao organizar esta obra, assumo não apenas o papel de pesquisadora, mas de jovem extrativista formada no seio desse legado. Cresci no território conquistado por essa luta e compreendo que o CNS é mais que uma organização: é um movimento de transformação que consolidou a Amazônia como território político da esperança.

Organizar este livro foi um gesto de compromisso coletivo — um ato político de memória, para que as novas gerações compreendam que cada conquista do presente foi plantada por mãos que não se curvaram diante do medo.

O CNS nasceu dos empates, da coragem dos seringueiros e seringueiras que colocaram seus corpos entre as árvores e os motosserras. Essa forma de resistência — pacífica, mas profundamente política — deu origem a uma nova concepção de reforma agrária, baseada no uso coletivo da terra, na economia da floresta e na justiça ambiental.

Desde então, o Conselho vem sendo o espaço de articulação nacional das comunidades extrativistas, enfrentando governos, mercados e interesses econômicos em defesa de uma outra visão de desenvolvimento, centrada nas pessoas e não na destruição.

Quarenta anos depois, os desafios persistem, mas o movimento se renova. Hoje, a juventude extrativista é o rosto dessa continuidade. Nascida nos territórios criados pelo movimento dos anos 1980, ela assume o compromisso de atualizar a luta em novas dimensões — climática, tecnológica, comunicacional e global.

Esses jovens compreendem que preservar o legado não é repetir o passado, mas recriá-lo com as ferramentas e linguagens do presente.

O protagonismo juvenil no CNS não é uma concessão, mas uma conquista construída coletivamente. Desde a criação da Secretaria Nacional de Articulação Política de Juventude Extrativista (SNAPJE), em 2012, a juventude vem consolidando sua voz dentro do movimento e nos espaços de decisão pública. Em fóruns, conferências e negociações, os jovens extrativistas se posicionam não apenas como herdeiros, mas como formuladores de política, com propostas concretas para o futuro da Amazônia.

Como Vice-Presidenta do CNS e integrante dessa geração, reafirmo que a juventude extrativista é hoje a base estratégica da sucessão política do movimento. Ela representa a capacidade do CNS de se reinventar, dialogar com o mundo e permanecer relevante em um contexto de crise climática, avanço da financeirização da natureza e novos ciclos de desigualdade na Amazônia.

A juventude extrativista é a ponte entre o empírico e o digital, entre o território e o espaço público global. Ela carrega no corpo e na palavra a herança dos empates e o domínio das novas linguagens e da comunicação popular, da sociobioeconomia, da educação territorial e da incidência política internacional. Esse é o novo campo de luta: garantir que as vozes da floresta tenham lugar nas mesas onde se decide o destino do planeta.

Nos últimos anos, o CNS reafirmou sua posição como ator político internacional na agenda climática. Com presença ativa nas Conferências das Partes (COPs) da ONU, o Conselho defende que a verdadeira ação climática começa com o reconhecimento do papel dos povos da floresta como guardiões do equilíbrio do planeta.

A juventude tem sido protagonista nessa incidência. Nas COPs, fóruns e encontros regionais, são os jovens que vêm articulando o discurso da floresta com vida e com justiça social, traduzindo o legado histórico dos empates em propostas de governança climática, sociobioeconomia e

justiça ambiental. Eles são o rosto político de um novo ciclo de resistência: a luta pelo direito de existir em um planeta sustentável e democrático.

Ao ocupar esses espaços, a juventude extrativista reafirma que o futuro climático do mundo depende da permanência das populações tradicionais em seus territórios. Como disse Chico Mendes, “ecologia sem luta social é jardinagem”.

E a juventude do CNS compreende que não há luta social verdadeira sem inclusão, equidade de gênero, diversidade e valorização dos saberes locais.

A força das mulheres e das juventudes tem sido o eixo da renovação política do CNS. As jovens extrativistas, especialmente, vêm transformando o modo de fazer política, com sensibilidade, coletividade e firmeza. Elas ampliam o conceito de liderança, trazendo pautas como a autonomia econômica, a saúde reprodutiva, a comunicação popular e a justiça de gênero para o centro da agenda ambiental.

A sucessão geracional, nesse sentido, não é apenas uma necessidade institucional: é uma estratégia política de continuidade e reinvenção. Os jovens não substituem os antigos líderes; dialogam com eles, atualizam seus sonhos, dão nova forma às mesmas convicções. É assim que a luta dos seringueiros se transforma na luta das juventudes pelo clima, pela sociobioeconomia, pela permanência nos territórios e pela educação que valorize os saberes da floresta.

O CNS compreende que sem juventude não há futuro, e sem futuro não há floresta. A transição geracional é, portanto, o maior ato de resistência política do nosso tempo.

Ao completar 40 anos, o CNS não celebra apenas o passado; celebra a capacidade de se reinventar sem se perder. A juventude é hoje o centro de gravidade dessa reinvenção, ela traduz o pensamento coletivo da floresta para o mundo, fazendo com que a memória de Chico Mendes não permaneça apenas como lembrança, mas como horizonte político de ação.

O que começou com empates e seringais agora se expande em redes de comunicação, cooperativas, coletivos de juventude e espaços de governança ambiental. A flores-

ta, antes ameaçada por motosserras, hoje resiste também às novas formas de exploração “simbólica” e econômica e a juventude, com sua energia política e visão de futuro, é quem carrega o bastão dessa resistência.

O legado dos 40 anos do CNS é, portanto, a consolidação de uma geração de novos sujeitos políticos — jovens, mulheres e lideranças comunitárias — que entendem o território como espaço de poder e a floresta como projeto de país.

CONCLUSÃO: O FUTURO JÁ COMEÇOU

Organizar este livro foi um ato de compromisso com essa geração. Como mulher, jovem e pesquisadora extrativista, acredito que a escrita também é um instrumento de luta. Este registro é a prova de que a história dos povos da floresta não é contada por quem olha de fora, mas por quem vive, sente e transforma a realidade desde dentro.

Os próximos 40 anos do CNS dependerão da nossa capacidade de fortalecer esse protagonismo juvenil e de consolidar políticas públicas que garantam permanência, educação e renda nos territórios. O desafio é político, mas também civilizatório: afirmar que o futuro da Amazônia pertence a quem cuida dela.

Seguimos, porque a juventude extrativista é o tempo presente do legado. Seguimos, porque a esperança não é espera, é ação coletiva. Seguimos, porque a floresta é nossa casa e nosso projeto de vida.

E que os próximos 40 anos sejam ainda mais fortes, mais coletivos, mais cheios de Esperança. Seguimos, jovens, porque o futuro já começou!

Letícia Santiago de Moraes

*Pesquisadora e Juventude Extrativista da Amazônia
Vice-Presidenta do Conselho Nacional das Populações
Extrativistas (CNS)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quarenta anos se passaram desde que os seringueiros, castanheiros, pescadores, quebradeiras de coco-babaçu e tantas outras populações da floresta se uniram para fundar o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

Aquele encontro histórico de 1985, em Brasília, marcou o nascimento de uma nova visão de país — uma visão que nascia da Amazônia e se projetava para o mundo: a de que é possível viver da floresta em pé, conciliando justiça social, democracia e sustentabilidade.

Desde então, o CNS tem sido mais do que uma organização política. É uma escola de cidadania, um movimento de vida, um espaço de formação e memória coletiva. Cada reserva extrativista criada, cada jovem que aprendeu a ler com o Projeto Poronga, cada mulher que levantou a voz nos encontros regionais, cada comunidade que resistiu à invasão do capital e ao descaso do Estado — tudo isso compõe uma história que não cabe em relatórios, mas pulsa na alma da floresta.

Hoje, ao celebrarmos quatro décadas de caminhada, olhamos para trás com orgulho e para frente com esperança. Porque o CNS nunca foi apenas sobre o passado: sempre foi sobre o futuro — o futuro que se constrói no presente, com as mãos firmes de quem planta, coleta, organiza e sonha.

UM LEGADO QUE SE TRANSFORMA EM FUTURO

As lutas que deram origem ao CNS continuam a moldar o presente das comunidades tradicionais. A resistência contra a expulsão e o desmatamento se converteu em um projeto de sociedade: a luta pelo uso coletivo da terra, pela garantia dos territórios e pela valorização dos modos de vida que fazem da Amazônia um patrimônio vivo.

Essa luta não se esgota na conquista da terra; ela se renova na construção do bem viver, no fortalecimento

das organizações de base e na gestão comunitária dos territórios.

Os desafios de antes permanecem — a regularização fundiária, a garantia dos contratos de concessão, a implementação das políticas públicas, a geração de renda e a sucessão geracional —, mas hoje são enfrentados com novas ferramentas e uma nova consciência coletiva. O CNS aprendeu, em 40 anos, que não há território vivo sem educação libertadora, nem floresta de pé sem autonomia econômica.

Aprendeu que os direitos não se mantêm sem organização e que a esperança precisa de método, de política, de persistência. O que nasceu dos empates — gestos de coragem e resistência — floresceu como projeto político e civilizatório, reconhecido em toda parte como símbolo da defesa da vida.

Esse legado não pertence apenas aos antigos seringueiros. Pertence a todos e todas que, de alguma forma, fazem parte da floresta: pescadores, marisqueiras, quebra-deiras de coco-babaçu, ribeirinhos, agricultores familiares, juventudes, quilombolas e aliados que acreditam que outro mundo é possível. Como ensinou Chico Mendes, “a luta dos seringueiros é a luta pela humanidade”.

OS NOVOS TEMPOS: JUVENTUDE, FLORESTA E REEXISTÊNCIA

Entre as maiores conquistas do CNS está a formação da juventude extrativista — a geração que nasceu nos territórios conquistados pelos pais e avós e que hoje assume a responsabilidade de continuar o sonho. Essa juventude é o elo entre o passado e o futuro, a “poronga” que ilumina o caminho em meio às incertezas do presente.

Como lembra Letícia Santiago de Moraes, pesquisadora e vice-presidenta do CNS, “a juventude extrativista é o tempo presente do legado — ela não apenas espera o futuro, mas o constrói, com suas mãos, palavras e sonhos coletivos”.

São jovens que unem o conhecimento ancestral à comunicação digital, que levam a voz das comunidades para o mundo e que colocam o extrativismo no centro do debate sobre a crise climática.

A juventude é o testemunho de que o CNS segue vivo. Cada oficina de formação, cada encontro regional, cada participação nas Conferências do Clima (COPs) é uma nova semente plantada.

Esses jovens e jovens-mulheres são o rosto da floresta — gente que aprendeu a resistir sem perder a ternura, que fala de política com o coração, que transforma a dor em luta e a luta em esperança.

A floresta se renova a cada estação; o CNS se renova a cada geração. O que antes era luta por sobrevivência, hoje é luta por permanência, por reconhecimento, por futuro. E a juventude extrativista segue de pé, guiada pela memória dos que vieram antes e pela certeza de que resistir é também reinventar.

OS DESAFIOS QUE PERMANECEM

Ao celebrar 40 anos de história, o CNS reafirma que os desafios continuam — e que enfrentá-los exige união, paciência e estratégia. O primeiro grande desafio segue sendo a garantia dos territórios, a regularização fundiária e o reconhecimento jurídico das comunidades extrativistas. Sem terra, não há futuro; sem território, não há vida.

O segundo desafio é gerar renda com dignidade, fortalecendo a economia da floresta, valorizando o trabalho das mulheres e garantindo que o extrativismo continue sendo alternativa real de sustentabilidade. É preciso romper o ciclo da pobreza sem romper o vínculo com a floresta.

O terceiro desafio é fazer gestão coletiva dos territórios — aprender a administrar o comum, a cuidar da floresta como quem cuida de um bem sagrado. Gestão coletiva não é burocracia: é exercício de solidariedade e de autonomia. E o quarto desafio é ocupar os espaços de decisão, garantindo que o Estado brasileiro reconheça as populações

extrativistas como sujeitos de direito e não apenas como beneficiários de políticas.

É hora de sermos vistos, contados e considerados nos planejamentos públicos e nos indicadores nacionais. Sem a presença dos povos da floresta, não há planejamento possível para o Brasil do futuro.

UM NOVO PACTO COM A AMAZÔNIA E COM O PLANETA

Vivemos um tempo de mudanças climáticas e de transição ecológica, em que o mundo inteiro volta os olhos para a Amazônia. Mas é preciso lembrar que a floresta não é um laboratório, nem um cenário: é casa, é território, é mãe. E quem cuida dela são os povos que nela vivem.

As populações extrativistas, junto aos povos indígenas e quilombolas, são hoje a principal linha de defesa da vida. Enquanto o capital insiste em transformar a floresta em mercadoria, o CNS reafirma a floresta como projeto de sociedade — viva, produtiva, comunitária e justa.

A próxima década será decisiva. Precisamos fortalecer as alianças entre movimentos sociais, governos, universidades e organizações internacionais, sem abrir mão da autonomia e do protagonismo popular. Como sempre ensinou o CNS, o avanço é coletivo — e as alianças verdadeiras são aquelas que respeitam as raízes.

O futuro da Amazônia depende da capacidade de unir saberes: o saber tradicional, o saber científico, o saber político e o saber comunitário. Esse encontro é a chave de um novo pacto civilizatório, em que o desenvolvimento não seja sinônimo de destruição, e a riqueza não se meça apenas em dinheiro, mas em floresta viva, água limpa e dignidade humana.

OS PRÓXIMOS 40 ANOS: FLORESTA, FÉ E FUTURO

Olhando para o amanhã, sonhamos com uma Amazônia onde cada comunidade tenha seu território garantido, sua escola fortalecida, sua juventude engajada e sua floresta protegida.

Sonhamos com um país que reconheça o valor do extrativismo não como passado, mas como horizonte de futuro.

Sonhamos com o fortalecimento das mulheres, com a união das gerações, com a educação territorializada e com a autonomia das organizações de base.

Nosso sonho é simples e imenso: que a floresta continue de pé e o povo da floresta continue vivo, organizado e feliz. Esse é o compromisso que renova o CNS, quarenta anos depois — o compromisso de seguir cuidando, formando, lutando e acreditando.

Porque, se o passado nos ensinou a resistir, o presente nos ensina a reinventar, e o futuro nos convoca a continuar.

A ESPERANÇA COMO HERANÇA

A luta extrativista é, antes de tudo, uma luta por humanidade. E a esperança é o combustível que mantém essa luta acesa.

O CNS chega aos 40 anos contagiando o Brasil e o mundo com seu exemplo de resistência pacífica, solidariedade e coragem coletiva. Contagiou com a força da palavra e do gesto, com a ética do cuidado e com a sabedoria ancestral de quem aprendeu a escutar a floresta.

Cada jovem, cada mulher, cada liderança é fruto desse contágio de dignidade e de coragem. E é assim — contagiando o futuro com vida e compromisso — que seguimos mantendo acesa a poronga da floresta.

Que os próximos 40 anos sejam ainda mais fortes, mais coletivos e mais cheios de Esperança. Seguimos, jovens, porque o futuro já começou.

Letícia Santiago de Moraes - Pesquisadora e Juventude Extrativista da Amazônia Vice-Presidenta do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).



CARTA DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS PARA A COP 30

Nós, Populações Tradicionais Extrativistas, representadas pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), dirigimo-nos à Presidência da COP30, à delegação brasileira e à comunidade internacional para afirmar nossa posição e apresentar nossas propostas diante da emergência climática que ameaça os povos, os territórios e os sistemas de vida da floresta.

Há 40 anos, nossas organizações (associações, cooperativas e federações) atuam em rede por meio do CNS, mobilizando populações extrativistas como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebra-deiras de coco e outros povos e comunidades tradicionais. Juntos, protegemos mais de 42 milhões de hectares de florestas e rios por meio do uso sustentável da floresta. Ou seja, 5% do território nacional.

Os territórios tradicionais extrativistas mantêm cobertura florestal nativa com índices de desmatamento significativamente menores que outras categorias fundiárias. Essa estabilidade ecológica é resultado direto do uso sustentável praticado pelas populações tradicionais extrativistas, cuja presença contínua impede a degradação, promove a regeneração e conserva estoques de carbono.

Estima-se que nossos territórios armazenem aproximadamente 25,5 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, o que corresponde a cerca de 11 anos das emissões totais do Brasil.

Ao aliar conservação ambiental com justiça social, os territórios extrativistas tornam-se estratégicos para o enfrentamento da mudança do clima, contribuindo de forma concreta para a mitigação das emissões e a adaptação dos ecossistemas e comunidades aos seus impactos.

Essa trajetória tem raízes na luta histórica do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, fundado em 1985 sob a liderança de Chico Mendes, que deu voz e articulação política aos povos da floresta diante da violência, da grilagem e da destruição ambiental.

Ao lado de Chico, lideranças como Wilson Pinheiro (assassinado em 1980 por defender os direitos dos seringueiros em Brasileia, no Acre), marcaram o início de uma resistência que se consolidaria como movimento nacional. Três anos após a criação do CNS, Chico Mendes também foi assassinado, em 1988, por sua atuação firme na defesa da floresta e dos territórios extrativistas, tornando-se símbolo internacional da luta socioambiental.

Desde então, o CNS tem sido expressão viva da força de centenas de comunidades que enfrentam cotidianamente conflitos fundiários, ameaças de invasores, desmatamento ilegal, contaminação das águas e violações de direitos.

Muitas lideranças tombaram ou seguem resistindo na linha de frente pela proteção dos bens comuns e pelo reconhecimento dos modos de vida tradicionais. Esse legado de coragem, solidariedade e perseverança sustenta hoje uma das maiores redes comunitárias de conservação socioambiental do planeta.

Nossos territórios são o coração dos sistemas vivos que protegem o clima. No entanto, eles também estão entre os mais impactados pela crise climática. O aumento das temperaturas, a intensificação das queimadas e as longas estiagens já afetam diretamente as comunidades extrativistas, comprometendo a produção de alimentos, a coleta de produtos da floresta e o acesso à água. Rios antes navegáveis estão secando por meses inteiros, como no caso do rio Acre e de igarapés na região do Juruá, dificultando o transporte e o abastecimento. A fumaça das queimadas tem atingido aldeias, vilas e cidades, afetando a saúde de adultos e crianças. A perda da biodiversidade (com a redução de populações de peixes, castanheiras e outras espécies essenciais) ameaça os modos de vida tradicionais e enfraquece as estratégias de subsistência das famílias. Diante disso, manter os territórios extrativistas vivos e fortalecidos é também garantir resiliência climática para o Brasil e para o planeta.

Nossas organizações são expressão e realização da cidadania ecológica da floresta. Exigimos que nossas contri-

buições sejam reconhecidas não apenas em discursos, mas em políticas, financiamento, acesso a espaços de decisão e nos compromissos nacionais e internacionais do Brasil.

Além disso, reivindicamos que o CNS, as organizações das comunidades tradicionais extrativistas, assim como nosso Fundo Puxirum, sejam reconhecidas como parte estruturante da governança climática, não apenas como experiências-piloto, mas como instrumentos legítimos de gestão, capazes de captar, gerir e distribuir recursos climáticos de forma efetiva e enraizada nos territórios.

Mais que palavras, queremos soluções implementadas na prática. Nossa resistência é ação climática concreta. A solução somos nós.

Esta carta apresenta seis eixos de propostas articuladas pelas populações extrativistas, com foco em soluções baseadas na natureza, no conhecimento tradicional e na governança comunitária. São caminhos viáveis, já praticados em nossos territórios, que precisam ser reconhecidos, fortalecidos e integrados às políticas climáticas nacionais e aos acordos internacionais.

Cada eixo apresenta, ao final, a relação direta com artigos do Acordo de Paris ou decisões da UNFCCC, indicando como as propostas podem ser incorporadas de forma concreta às políticas climáticas nacionais e às negociações internacionais.

1. Reconhecimento das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e outros territórios das populações tradicionais extrativistas como estratégias climáticas nacionais e internacionais

As populações extrativistas habitam e manejam vastas áreas de floresta e outros ecossistemas, contribuindo efetivamente para a redução do desmatamento e a conservação da biodiversidade. Reivindicamos que:

- As Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e demais territórios tradicionais, assim como as NDCs próprias dos povos da Amazônia, já em elaboração, sejam reconhecidos formalmente na NDC brasileira e nos tratados climáticos nacionais e internacionais, em virtude da sua contribuição efetiva para a redução do desmatamento, da manutenção da vegetação nativa e da conservação de estoques de carbono;
- Esses territórios sejam priorizados em políticas de adaptação e mitigação, com investimentos consistentes e permanentes, com recursos públicos e privados voltados à proteção territorial, apoio à gestão comunitária, fortalecimento da vigilância territorial e ampliação de incentivos a práticas sustentáveis de uso da floresta;
- Sejam elaborados Planos de Enfrentamento da Mudança do Clima em nível territorial, abrangendo ações de mitigação e adaptação específicas para Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e outros territórios tradicionais, com participação das comunidades e integração às políticas climáticas nacionais;
- Seja estabelecido um mecanismo oficial de monitoramento e valorização do papel climático desses territórios, com indicadores construídos em diálogo com as organizações locais. Esse mecanismo deve possibilitar a geração de dados específicos sobre as contribuições dos territórios extrativistas para o clima, como a taxa de desmatamento evitado, a integridade ecológica mantida e as práticas sustentáveis imple-

mentadas. Também deve fundamentar o acesso a políticas públicas, recursos climáticos e inclusão nas NDCs, promovendo a valorização técnica e política das comunidades locais;

- Seja garantida a presença dos representantes das populações tradicionais extrativistas nos espaços de decisão e negociação climática, reconhecendo-os como negociadores e autoridades climáticas.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigos 4 (mitigação), 7 (adaptação) e 5 (florestas) do Acordo de Paris; decisões da UNFCCC sobre REDD+ e soluções baseadas na natureza.

Fortalecimento da sociobioeconomia como eixo da transição justa nos territórios Extrativistas

A sociobioeconomia que defendemos é construída a partir da valorização dos produtos da sociobiodiversidade com base no uso sustentável dos recursos naturais, e deve dialogar com uma visão de bioeconomia que incorpore inovação tecnológica, respeito aos saberes tradicionais e sustentabilidade ecológica. A sociobioeconomia que interessa às populações tradicionais extrativistas é aquela que assegura repartição justa de benefícios, reconhece os direitos associados ao conhecimento tradicional e promove o uso sustentável da biodiversidade respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Nesse contexto, afirmamos a centralidade da economia da floresta viva, estruturada a partir da relação entre as comunidades tradicionais e seus territórios, onde a produção territorializada respeita os ciclos ecológicos, os modos de vida e as formas próprias de organização social. Essa produção está enraizada nos sistemas extrativistas, articulando atividades como o manejo comunitário da castanha, da borracha e dos óleos vegetais, com organização por

meio de associações e cooperativas, e formas solidárias de comercialização.

Reivindicamos:

- Inclusão da sociobioeconomia e da economia da floresta viva, baseada nos modos de vida extrativistas e que respeite nossos modos organizativos próprios (associações, cooperativas), como eixo da política climática brasileira e nos programas internacionais de transição energética e econômica;
- Financiamento estruturante para cadeias da sociobiodiversidade com foco em agroindústrias comunitárias, armazenagem, logística, certificação e acesso a mercados;
- Valorização da economia não monetária dos modos de vida baseados na floresta que dão identidade às comunidades tradicionais extrativistas, que fortalecem os vínculos com a natureza, com a coletividade e com a memória ancestral, em vez de reduzi-los a preços e mercados;
- Reconhecimento do papel das organizações extrativistas na estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e da sociobioeconomia, assim como na garantia de repartição justa de benefícios.

Conexão com compromissos internacionais

Artigos 2 (transição de baixo carbono), 10 (desenvolvimento e transferência de tecnologia) e 7 (resiliência de comunidades vulneráveis) do Acordo de Paris; princípios do Global Goal on Adaptation.

3. Financiamento climático direto e mecanismos de pagamento por serviços ambientais

As populações extrativistas e suas organizações têm capacidade de implementar projetos de clima e biodiversidade com efetividade e legitimidade, mas enfrentam entraves ao financiamento direto e à valorização dos serviços ambientais que prestam. O acesso aos recursos climáticos deve superar as barreiras impostas por estruturas de financiamento distantes da realidade dos territórios, muitas vezes baseadas em burocracias coloniais que excluem os verdadeiros protagonistas da floresta.

Reivindicamos:

- Implementação de mecanismos diversos de valorização dos serviços ambientais e dos modos de vida sustentáveis, incluindo pagamentos por serviços ambientais, repasses diretos para adaptação climática baseada na comunidade e incentivos territoriais não condicionados, com acesso simplificado e direto às comunidades extrativistas, de preferência via fundos comunitários, respeitando seus modos de vida, suas formas organizativas e seus direitos territoriais, reconhecendo as populações tradicionais extrativistas como protagonistas na prestação de serviços ambientais;
- Estabelecimento de mecanismos simplificados e específicos para o acesso direto aos fundos climáticos multilaterais (GCF, Fundo de Adaptação, Fundo de Perdas e Danos) por fundos comunitários, como o Fundo Puxirum e outras iniciativas da Amazônia e do Cerrado, com menos burocracia e mais autonomia;

- Implementação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) no Brasil com definição de uma cota para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais proporcional à contribuição para a conservação das florestas, que no Brasil corresponderia a aproximadamente US\$ 600 milhões (equivalentes a cerca de 60% dos recursos a serem destinados pelo TFFF ao Brasil, considerando a taxa atual de desmatamento), para implementação por meio dos fundos territoriais comunitários, como o Fundo Puxirum;
- Reconhecimento e apoio técnico às iniciativas já existentes de gestão financeira comunitária;
- Todos os mecanismos devem respeitar as formas organizativas próprias dos povos extrativistas, sejam formais ou informais.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigos 6 (cooperação), 9 (financiamento) e decisões da COP sobre entidades acreditadas no GCF; recomendações do Comitê de Perdas e Danos sobre financiamento baseado em comunidade; e diretrizes do Artigo 5 do Acordo de Paris sobre conservação florestal e incentivos positivos, incluindo mecanismos de pagamento por resultados como os PSA.

4. Educação, juventude, mulheres e saberes tradicionais no centro da adaptação climática

O enfrentamento da mudança do clima exige a preservação e transmissão intergeracional do legado dos saberes territoriais, especialmente aqueles relacionados ao manejo sustentável da biodiversidade, à proteção dos bens comuns e à convivência com os ciclos naturais. É preciso romper com modelos de educação que afastam os jovens

de seus territórios e saberes, reproduzindo uma lógica que desvaloriza os modos de vida extrativistas e reforça a visão dominante de progresso que destrói a floresta. A educação do campo, das águas e das florestas deve fortalecer a identidade comunitária e o pertencimento à terra.

Para isso, é essencial fortalecer a juventude extrativista como guardiã inovadora desse legado, capaz de liderar respostas comunitárias à crise climática. Essa transição exige financiamento climático específico e acessível para jovens extrativistas, com mecanismos adequados em fundos como o Fundo Clima, o Fundo Amazônia e outros instrumentos nacionais e internacionais.

Além disso, as mulheres extrativistas são guardiãs fundamentais da floresta viva e protagonistas na transmissão intergeracional de saberes, na gestão comunitária e na produção da sociobioeconomia. Sua atuação assegura a continuidade da vida, a preservação dos territórios e a inovação das respostas comunitárias à crise climática.

Reivindicamos:

- Inclusão da Educação do Campo, das Águas e das Florestas como eixo estruturante da política climática, com valorização de estratégias como a pedagogia da alternância, o ensino técnico integrado às realidades locais, as Casas Familiares Rurais e a incorporação das práticas agroextrativistas e da oralidade tradicional nas estratégias de adaptação climática;
- Criação de cotas para comunidades extrativistas no acesso ao ensino superior, como estratégia para formar nossos próprios advogados, médicos, engenheiros, comunicadores e demais profissionais necessários à sustentabilidade dos territórios;
- Apoio à formação de jovens extrativistas como agentes da transição ecológica e líderes comunitários,

com financiamento para redes de transmissão de saberes entre gerações, voltadas ao manejo sustentável, restauração ecológica, resiliência alimentar e uso de tecnologias de comunicação (como redes sociais, ferramentas digitais e inteligência artificial) integradas à valorização e disseminação dos conhecimentos tradicionais voltados à adaptação climática.

- Participação plena e efetiva das mulheres extrativistas nos espaços nacionais e internacionais de decisão climática, com implementação de mecanismos de financiamento direto voltados especificamente às mulheres dos territórios, assegurando recursos adequados para suas organizações, atividades produtivas e iniciativas próprias.
- Reconhecimento formal dos saberes, das ciências e das tecnologias próprias das populações extrativistas como estratégias legítimas de mitigação, adaptação e restauração, em pé de igualdade com soluções contemporâneas, assegurando direitos coletivos sobre autoria e protocolos de proteção contra apropriação indevida.

Conexão com compromissos internacionais

Artigo 12 (educação e capacitação) do Acordo de Paris; diretrizes do Work Programme on Action for Climate Empowerment (ACE), com ênfase na valorização dos saberes tradicionais, inclusão da juventude e uso de tecnologias de comunicação em estratégias de educação climática adaptadas aos territórios; Artigos 7 (adaptação) e 12 (participação) do Acordo de Paris; decisões da UNFCCC sobre igualdade de gênero e ação climática; Plano de Ação de Gênero (Gender Action Plan).

5. Infraestrutura e mobilidade com soberania e resiliência

As populações extrativistas enfrentam desafios estruturais relacionados à logística de escoamento da produção, à geração e distribuição de energia limpa, à conectividade digital e ao acesso regular a serviços públicos de saúde, educação e assistência técnica.

Reivindicamos:

- Apoio à implantação de energia limpa descentralizada com gestão comunitária em todos os territórios;
- Incentivo a soluções de transporte sustentável e de baixo carbono para escoamento da produção e mobilidade das comunidades, considerando a realidade amazônica e dos demais biomas;
- Programas de conectividade digital adaptados às realidades dos territórios, com atenção às escolas e cooperativas;
- Implementação de exemplos-piloto de infraestrutura e mobilidade sustentável para as comunidades extrativistas, que inspirem políticas públicas adequadas à realidade amazônica.

Essas medidas também são fundamentais para viabilizar a sociobioeconomia nos territórios, garantindo condições justas de produção e comercialização.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigo 7 do Acordo de Paris, que orienta a adaptação com base nas vulnerabilidades e capacidades locais, incluindo infraestrutura resiliente e acessível; Artigo 10, sobre desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas às necessidades dos países em desenvolvimento; e compromissos da Agenda 2030 com o acesso equitativo à

energia limpa (ODS 7), mobilidade sustentável (ODS 11) e conectividade digital inclusiva (ODS 9).

6. Governança climática com protagonismo das populações extrativistas

As decisões sobre clima devem incluir as vozes, os saberes e as experiências acumuladas pelas populações extrativistas que habitam e manejam os territórios. Sua presença contínua, sua capacidade de organização e seus modos de vida são fundamentais para construir políticas climáticas justas, eficazes e enraizadas na realidade dos biomas brasileiros. Nenhuma política climática será justa se não proteger integralmente as lideranças extrativistas e defensoras dos bens comuns. O Brasil precisa pôr fim à impunidade e à violência nos territórios. Defender os defensores é condição básica de qualquer pacto climático fundado na justiça.

A proteção das lideranças, comunidades e defensores da floresta deve ser reconhecida como ação climática estratégica. Defender os defensores é parte inseparável da luta climática.

Reivindicamos:

- Reconhecimento das comunidades extrativistas como protagonistas da governança climática nacional e internacional;
- Participação direta do CNS e das organizações extrativistas nos espaços nacionais de governança do clima (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, construção da NDC, Comitê do Fundo Nacional de Mudança do Clima);
- Reconhecimento dos extrativistas como autoridades climáticas locais e inclusão plena nas delegações oficiais brasileiras na COP;

- Inserção plena das populações tradicionais extrativistas na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Tradicionais (PCLP);
- Apoio à realização de eventos e espaços de incidência das populações extrativistas durante a COP30 em Belém;
- Implementação urgente de mecanismos de proteção, responsabilização dos agressores e valorização pública dos guardiões da floresta;
- Inclusão no Balanço Global da UNFCCC, da proteção das lideranças, comunidades e defensores da floresta.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigo 12 (participação), princípios da UNFCCC sobre equidade e participação efetiva; boas práticas indicadas pelo IPCC no 6º ciclo de avaliação.

Este é nosso chamado aos governos, parceiros e instituições internacionais: caminhar com a floresta viva, com os povos da floresta. Com respeito, escuta e compromisso mútuo, será possível construir uma resposta climática verdadeiramente justa, com a floresta viva e esperança para o futuro. **A solução somos nós!**

Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
Belém do Pará, julho de 2025

***“No começo pensei que estivesse lutando
para salvar seringueiras,
depois pensei que estava lutando
para salvar a Floresta Amazônica.
Agora, percebo que estou
lutando pela humanidade”***

Chico Mendes.

